



**Divulgação de Resultados
Press Release 4T20 e 2020**



Statkraft

Statkraft anuncia EBITDA de R\$ 236,1 milhões em 2020, afetado por provisão para *impairment*. Desempenho operacional estável.

Florianópolis, 18 de março de 2021 – A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Statkraft” ou “Companhia”), listada na B3 (STKF3), no segmento Básico, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado do 4T20 e 2020. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do 4T19 e 2019.

1) Destaques do período

▶ Em 2020, a **receita operacional líquida somou R\$ 477,2 milhões**, aumento de 8,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

▶ **EBITDA totalizou R\$ 236,1 milhões em 2020**, crescimento de 3,1%, apresentando **margem EBITDA** de 49,5%.

▶ **A produção de energia elétrica 2020 totalizou 1.505,1 GWh**, representando uma queda de 2,8%. A variação é influenciada pelo menor regime de ventos e menor afluência hídrica, bem como menor disponibilidade operacional por conta de paradas não programadas de alguns ativos.

▶ **A dívida bancária líquida** consolidada da Companhia em **dezembro de 2020** totalizou R\$ 398,8 milhões. Destaca-se o indicador de Dívida Líquida / EBITDA de 1,7 vezes (1,2 vezes dezembro 2019).

▶ A Companhia realizou em dezembro uma **provisão de *impairment* de R\$ 32,7 milhões** para a **PCH São João** relacionado a recuperação do túnel de adução. Como parte da atividade programada, o túnel foi esvaziado, e a operação foi interrompida em 24 de agosto de 2020 para substituição das válvulas borboleta, quando foram encontradas anomalias no túnel. A usina segue sem atividade operacional.

▶ **A construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia (518,7 MW)**, na Bahia, começou em janeiro 2021. O **financiamento** do projeto de até R\$ 1.063 milhões, junto ao Bando do Nordeste do Brasil “BNB”, foi assinado em dezembro, com primeiro desembolso previsto para 2T21 após atingimento de condições precedentes. **Aumento do limite do capital social** de R\$ 800 milhões aprovado em Assembleia Extraordinária em janeiro 2021, dos quais R\$ 200 milhões já integralizados em fevereiro 2021.

▶ A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças que indiquem *impairment* de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

Principais Indicadores	4T19	4T20	Var %	2019	2020	Var %
Receita Líquida (R\$ mil)	110.568	122.671	10,9%	438.070	477.180	8,9%
EBITDA ICVM 527(R\$ mil)	27.307	13.386	-51,0%	229.099	236.101	3,1%
Margem EBITDA (%)	24,7%	10,9%	-13,8 p.p.	52,3%	49,5%	-2,8 p.p.
Lucro Líquido (R\$ mil)	(33.182)	(33.658)	N/A	45.236	59.504	31,5%
Dívida Líquida* (R\$ milhões)	-	-	-	283,9	398,8	40,5%
Preço Líquido (R\$/MWh)	248,7	264,5	6,3%	245,3	258,8	5,5%
Energia gerada (GWh)	377,4	326,4	-13,5%	1548,5	1505,1	-2,8%
Disponibilidade (%)	88,1	89,1	+1,1 p.p.	91,1	89,1	-2,0 p.p.

Relações com Investidores
 ri@statkraft.com
 +55 (48) 3877-7109

Rod. José Carlos Daux – SC 401, nº 5.500
 880032-005 – Saco Grande – Florianópolis – SC
 www.statkraft.com.br

1) Sobre a Statkraft Energias Renováveis S.A.

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, eólica e solar.

A Companhia atua de maneira integrada, possuindo experiência em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, acompanhamento da construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, nas fontes de energia renovável em que atua.

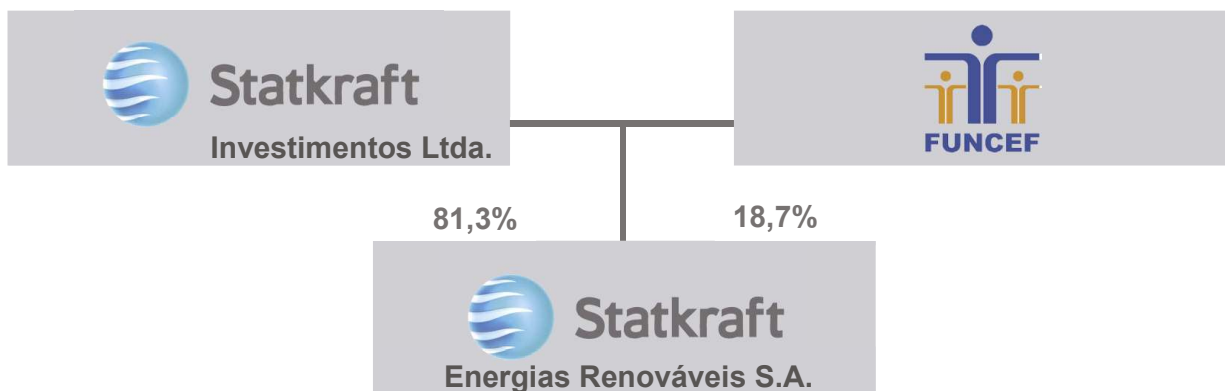
Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft Energias Renováveis S.A. buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, visando garantir o crescimento futuro da empresa.

Atualmente os ativos da Companhia incluem 14 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 complexo eólico no estado da Bahia formado por 3 usinas, 1 usina eólica no estado de Sergipe, perfazendo capacidade instalada própria de 448 MW, além de possuir portfólio de projetos relacionados à energia hidráulica, eólica e solar.

A Companhia iniciou em janeiro de 2021 a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia.

2) Nossos acionistas

A Statkraft Energias Renováveis S.A possui uma sólida base acionária, responsável pela orientação dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.



GRUPO STATKRAFT

No capital da Companhia desde Março de 2012

A Statkraft é uma empresa líder em energia hidrelétrica internacionalmente e a maior geradora de energia renovável da Europa. O grupo produz energia hidrelétrica, energia eólica, energia solar, energia a gás e fornece aquecimento urbano. A Statkraft é uma empresa global em operações no mercado de energia. A Statkraft tem 4.000 funcionários em 16 países.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

FUNCEF

No capital da Companhia desde setembro de 2009

Terceiro maior fundo de pensão do país, com R\$ 66 bilhões em ativos e 135 mil participantes, a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) é uma entidade fechada de previdência e seus participantes são empregados da Caixa Econômica Federal. Tem entre seus valores a transparência, ética, gestão participativa, equidade, profissionalismo, comprometimento e sustentabilidade.

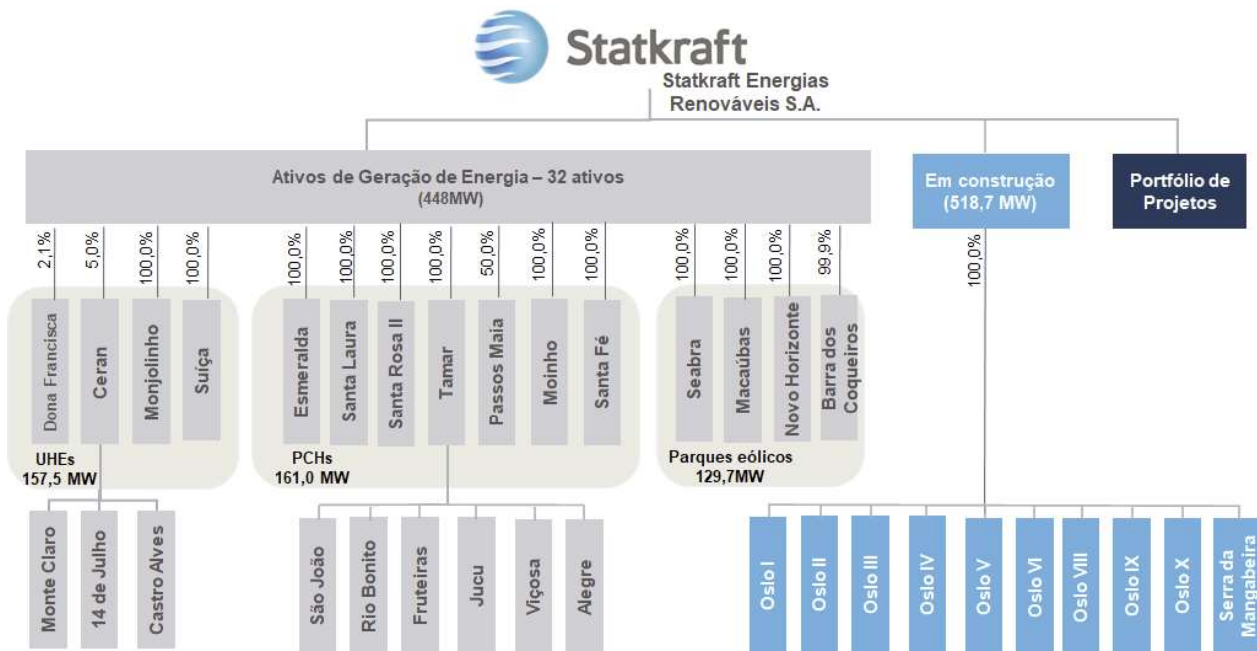
O foco de sua atuação está em garantir a seus participantes e assistidos o pagamento de seus benefícios. Para isto, investe de maneira criteriosa seus recursos, em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e ocorrem sempre de acordo com a sua Política de Investimentos.

Criada em 1977, a FUNCEF tem a Caixa como única patrocinadora. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir o Código Stewardship. O código reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais – os stewards, no jargão de mercado -, responsáveis por administrar recursos de terceiros. Ainda sem tradução em português, Stewardship resume o conceito de dever fiduciário: a obrigação assumida por esses investidores em atuar no melhor interesse de seus clientes/investidores.

3) Estrutura Societária da Holding e suas participações

A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada de 448 MW, compreendendo 22 ativos em operação (exceto pela PCH São João, cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel). No dia 04 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, compreendendo 10 ativos.



Destaca-se que a Companhia participou do leilão A-6 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorrido em 18 de outubro de 2019, com seus projetos eólicos.

Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,30 MW médios, o que representa 55% da garantia física, com preço de venda de 97,90 por MWh. Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, o que representa 30% da sua garantia física, com preço de venda de R\$ 99,88 por MWh. (preços com data base de outubro de 2019).

Os projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica, por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia MME. Como estratégia comercial, a Statkraft comercializará o saldo remanescente da garantia física dos projetos vendidos no leilão, no mercado livre e leilões futuros.

O resultado está alinhado com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados.

No terceiro trimestre de 2020 foi concluída a transferência da concessão da Monel Monjolinho Energética S.A. para a Statkraft Energias Renováveis S.A., que havia sido autorizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 30 de julho de 2020 por meio da Resolução Autorizativa 9.094/2020, publicada no Diário Oficial da União.

Governança corporativa

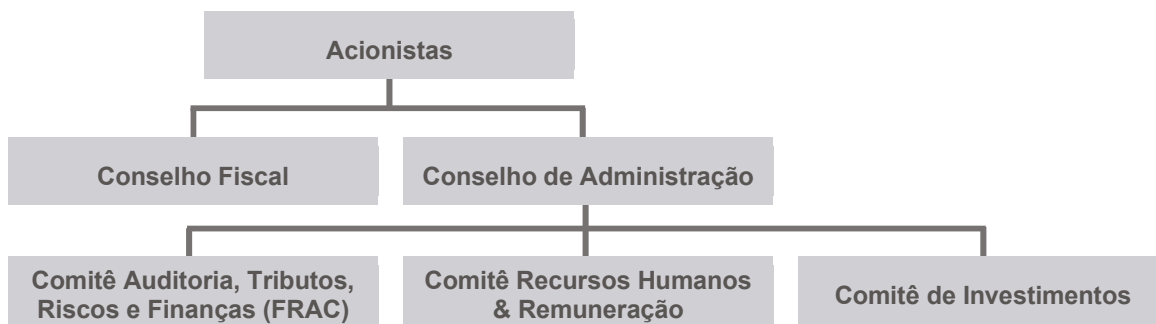
A Companhia adota elevado padrão de governança corporativa, em consonância com Companhias abertas e listadas, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Auditoria Externa, Área de Relações com Investidores e Área de Compliance com linha de reporte para a Matriz.

A governança corporativa da Statkraft Energias Renováveis S.A. está refletida nas suas práticas de gestão e em seu Estatuto Social, que tem como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente e o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias. A Companhia também está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos comitês de assessoramento à Administração. O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração, de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecem uma análise prévia dos assuntos relevantes para deliberação do Conselho de Administração.

Os comitês se reúnem periodicamente para discutir assuntos financeiros, estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões resultam em recomendações formais para suportar as decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra a estrutura de governança da Statkraft Energias Renováveis S.A.:



AÇÕES DE COMPLIANCE

Nos últimos anos, esforços significativos têm sido feitos para construir um programa de *compliance* global forte, visando promover uma cultura ética e assegurar controles internos efetivos. O nosso Programa de Compliance é adaptado ao perfil de risco do Grupo Statkraft, orientado por padrões internacionais (incluindo o *UK Bribery Act*) e aplicado na Statkraft Energias Renováveis S.A. O Programa de Compliance abrange as seguintes áreas: Anticorrupção e Fraude, Lavagem de Dinheiro, Sanções Econômicas e Controle de Exportação, Proteção de Dados Pessoais e Direito da Concorrência.

A atuação de Compliance é a força condutora para uma entrega de excelência e conformidades no Grupo Statkraft. O Programa de Compliance garante um constante desenvolvimento, implementação e melhoria de políticas e procedimento, assessorando e apoiando a sua implementação, com um amplo e robusto *framework* de Compliance, contendo entre outro – análise de riscos de Compliance, avaliações de integridade de terceiros, treinamentos e comunicação, e monitoramento e avaliação contínuos. Esta unidade atua de maneira independente das áreas de negócio e seu reporte é direto para a Matriz Global. No Brasil, a Statkraft Energias Renováveis S.A. conta com uma Gerência Regional de Compliance baseado no escritório de Florianópolis, responsável pelas atividades de Compliance também na região da América Latina.

O nosso Código de Conduta e o Manual de Anticorrupção são um dos documentos mais importantes da área de Compliance. Eles não só estabelecem nosso compromisso fundamental com a integridade empresarial e as expectativas da gestão sobre os empregados da Statkraft, como também encoraja a discussão ativa e aberta sobre os desafios éticos. Estabelecem a nossa prioridade à integridade empresarial e dão suporte aos empregados. No último ano esforços importantes foram implementados na área de Compliance com treinamentos anticorrupção obrigatórios anuais que atingiram a marca de 100% dos empregados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Os esforços de treinamento e comunicação são atividades contínuas do Programa de Compliance da Statkraft.

RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e nesse estágio não é possível prever o resultado final.

A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$ 8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a Deloitte não prestou serviços outros além daqueles relacionados à auditoria independente da Companhia.

IMPACTOS DO COVID-19 NAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e, desde então, se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 com um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando (exceto pela PCH São João, cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel) e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita líquida consolidada auferida em 2020 no montante de R\$ 477,2 milhões superou em 8,9% a realizada no mesmo período do ano anterior. Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas;
- Não houve inadimplência de clientes;
- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal);
- Estamos preservando os recursos de caixa, para atravessarmos o processo da COVID-19.
- Em 2020, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

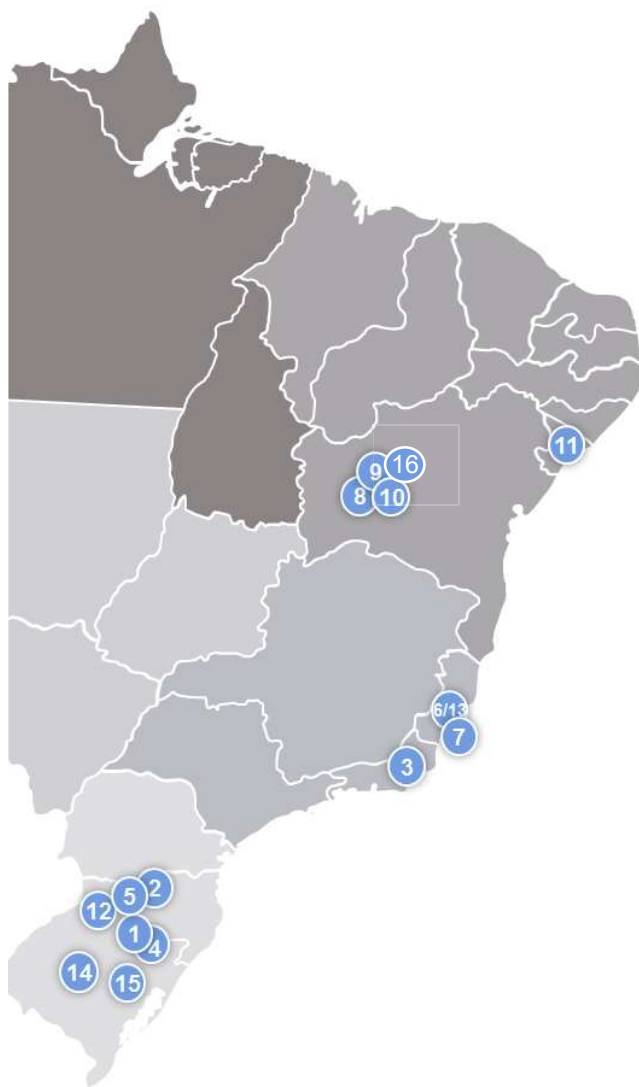
Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança e, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Dentre as principais medidas já adotadas pela Companhia, destacamos:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal com a liderança;
- Aplicação do *Home Office* para as atividades administrativas;
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais;
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma online;
- Disponibilização de boas práticas ligadas à gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

4) Empreendimentos em operação e construção

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 22 empreendimentos em operação (exceto pela PCH São João cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel), com uma capacidade instalada própria de 448 MW. No dia 4 de janeiro de 2021 a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, compreendendo 10 ativos.



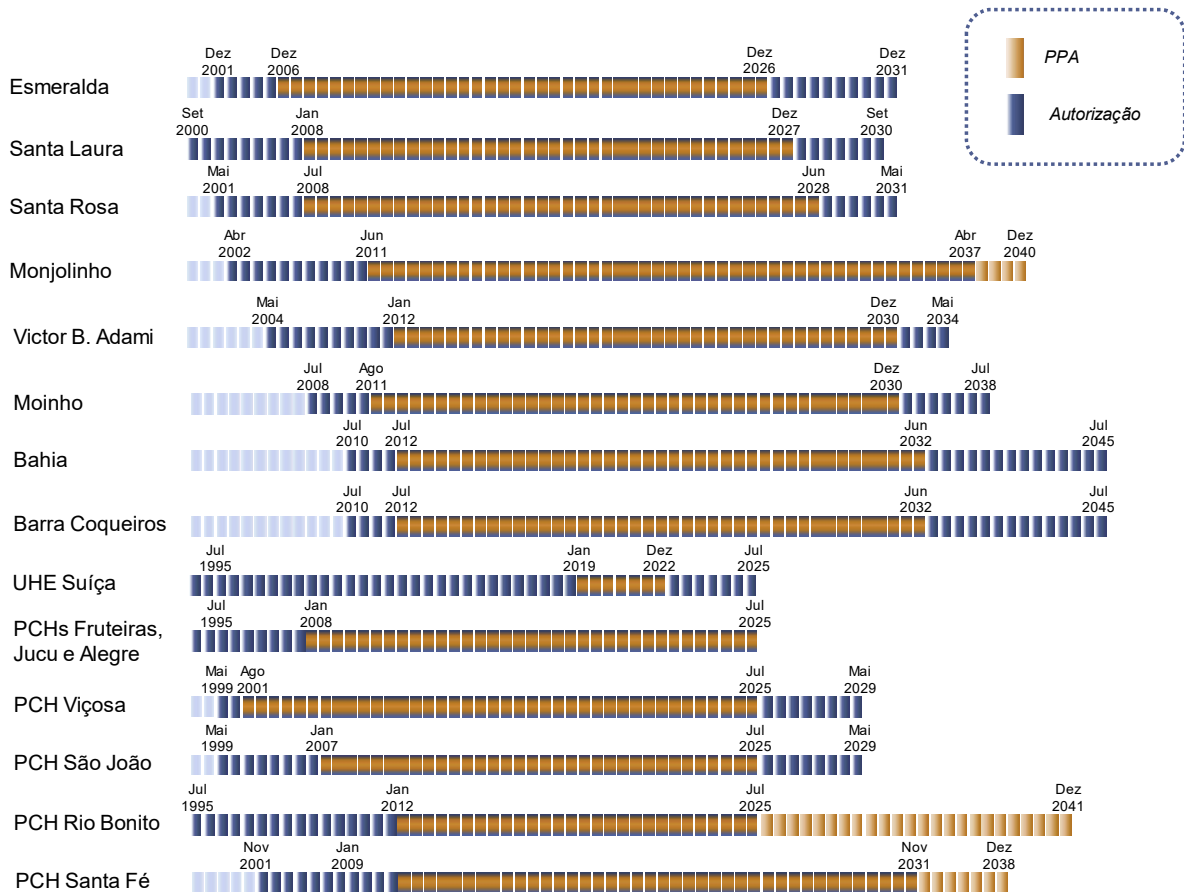
Planta	Participação Statkraft	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	25,0	12,5
6. Tamar			
- PCH Viçosa	100%	4,5	4,5
- PCH São João	100%	25,0	25,0
- PCH Alegre	100%	2,1	2,1
- PCH Fruteiras	100%	8,7	8,7
- PCH Jucu	100%	4,8	4,8
- PCH Rio Bonito	100%	22,5	22,5
7. PCH Santa Fé	100%	29,0	29,0
Geração PCH		202,5	190,0
8. UEE Macaúbas	100%	35,07	35,07
9. UEE Seabra	100%	30,06	30,06
10. UEE Novo Horizonte	100%	30,06	30,06
11. UEE Barra dos Coqueiros	100%	34,5	34,5
Geração UEE		129,7	129,7
12. UHE Monjolinho	100%	74,0	74,0
13. Tamar – UHE Suíça	100%	33,9	33,9
14. CERAN			
- UHE Monte Claro	5%	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	100,0	5,0
15. UHE Dona Francisca	2,12%	125,0	2,6
Geração UHE		592,9	128,5
Em operação		925,1	448,2
16. Complexo Eólico Ventos de S. Eugenia		518,7	518,7
Em construção		518,7	518,7
Total operação + construção		1.443,8	966,9

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Comercializamos energia através de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) de longo prazo. Esses PPAs são reajustados anualmente por inflação e firmados com clientes com sólida classificação de crédito, proporcionando fluxo de caixa previsível e crescente.

Parte relevante da garantia física dos nossos empreendimentos em operação está comercializada.

A figura a seguir demonstra a energia contratada pelas subsidiárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. por concessão / autorização:



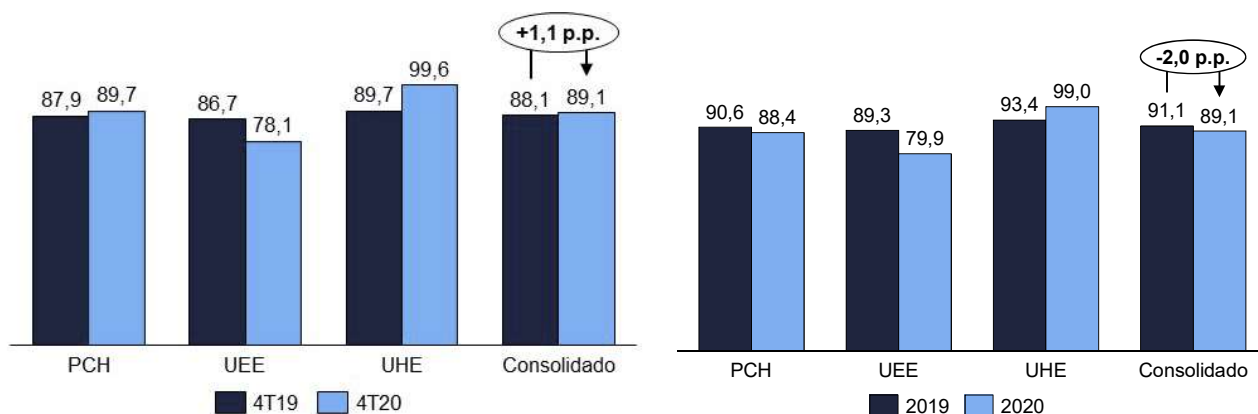
Em sinergia com a empresa comercializadora do Grupo Statkraft no Brasil, a Companhia desenvolve estratégias comerciais visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, hidrologia e os preços do mercado.

DISPONIBILIDADE MÉDIA GERAL NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL

No 4T20 as usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft alcançaram índice de disponibilidade de 89,1%, aumento de 1,1 p.p. em comparação com o 4T19. O aumento observado deve-se, essencialmente, à maior disponibilidade nas PCHs e UHEs, sobretudo na Monjolinho, apesar da indisponibilidade da PCH São João desde agosto de 2020, em função da recuperação do túnel, e da menor disponibilidade das eólicas, principalmente em função da falha nos cubículos de média tensão (34,5kV) da subestação no Parque Eólico da Bahia, em setembro.

Em 2020 a disponibilidade apurada foi de 89,1%, redução de 2,0 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando alcançou 91,1%. Contribuíram para a redução os (i) incidentes mecânicos e estruturais nas PCHs Fruteiras e Santa Fé, (ii) indisponibilidade da PCH São João desde agosto de 2020, (iii) menor disponibilidade do Parque Eólico da Bahia, compensado parcialmente pela (iv) maior disponibilidade nas UHEs, sobretudo na Monjolinho no 4T20.

Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional (%)

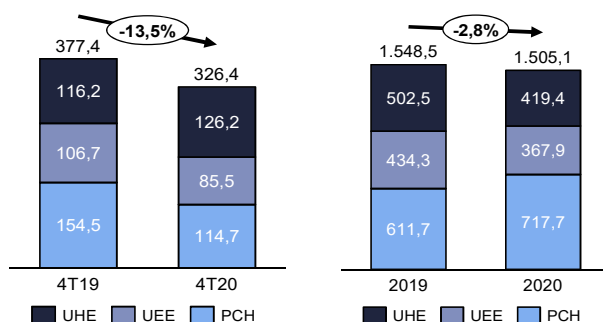


PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft foi de 326,4 GWh no 4T20, apresentando queda de 13,5%, na comparação com o 4T19, principalmente por conta da (i) menor disponibilidade em ambos os parques eólicos combinado com menor média de vento e da (ii) indisponibilidade da PCH São João desde agosto de 2020. Os efeitos foram atenuados pela (iii) maior geração na UHE Suíça, em função da melhor hidrologia.

Em 2020 a produção apurada foi de 1.505,1 GWh, representando uma queda de 2,8% explicada pela (i) piora do cenário hidrológico na UHE Monjolinho, localizada na região Sul, e (ii) menor disponibilidade e velocidade do vento em ambos os parques eólicos. Os efeitos foram parcialmente compensados por (iii) melhor afluência nas PCHs da região Sudeste, especialmente Santa Rosa e Santa Fé.

Produção de Energia Elétrica (GWh)

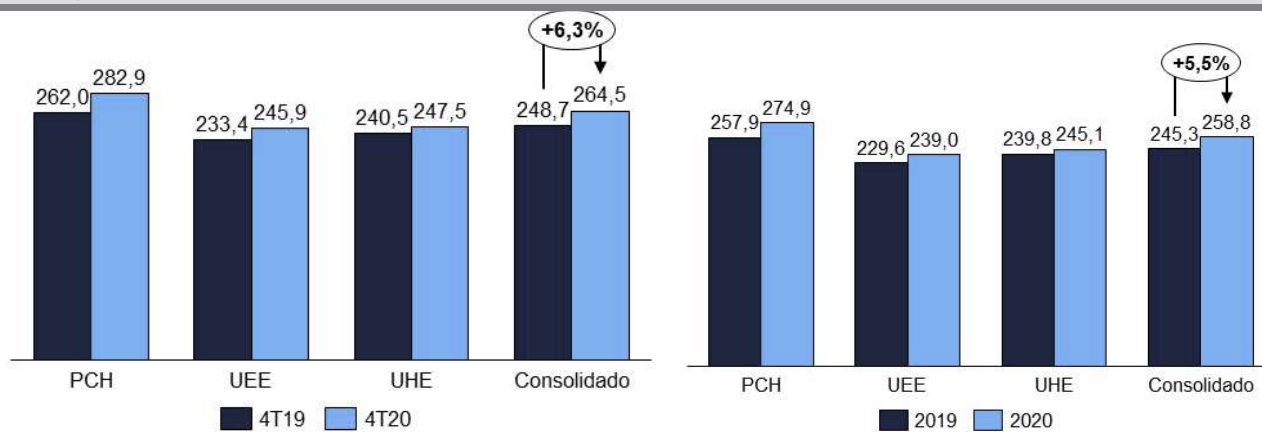


5) Desempenho econômico-financeiro

PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

No 4T20 o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 264,5/MWh, aumento de 6,3% na comparação com o 4T19, quando o preço líquido médio foi de R\$ 248,7/MWh. Já em 2020 o preço líquido apurado foi de R\$ 258,8/MWh, aumento de 5,5% na comparação com 2019. O aumento no preço líquido médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos, os quais são basicamente IPCA e IGP-M.

Preço Líquido Médio da Energia Comercializada*
(R\$/MWh)



*ponderado pela energia comercializada do período.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 4T20 a receita operacional líquida somou R\$ 122,7 milhões, 10,9% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2019, quando o valor foi de R\$ 110,6 milhões.

Já em 2020 a receita líquida apurada foi de R\$ 477,2 milhões, aumento de 8,9% na comparação com 2019. Tal variação justifica-se pela correção dos preços dos contratos de venda de energia, em adição ao efeito do Mercado de Curto Prazo.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de "Compra de Energia", classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente, às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	4T19	4T20	Var %	2019	2020	Var %
Receita Líquida Total	110.568	122.671	10,9%	438.070	477.180	8,9%
Fornecimento de energia	110.375	122.608	11,1%	437.244	476.731	9,0%
- Contrato de energia de reserva – CER	25.027	21.158	-15,5%	98.446	90.658	-7,9%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	36.709	36.817	0,3%	136.835	135.254	-1,2%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de						
Energia Elétrica (PROINFA)	23.640	24.916	5,4%	97.133	98.361	1,3%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	14.161	40.852	188,5%	52.071	113.042	117,1%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	18.989	7.920	-58,3%	82.783	75.374	-8,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(8.151)	(9.055)	11,1%	(30.024)	(35.958)	19,8%
Outros serviços	193	63	-67,4%	826	449	-45,6%

Contrato de Energia de Reserva (CER)

A queda de R\$ 3,9 milhões no trimestre e R\$ 7,8 milhões no ano é resultado da menor geração advinda dos parques eólicos. Apesar da redução observada, os níveis de receita permanecem acima da energia contratada.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

O resultado estável no 4T20 e a queda de R\$ 1,3 milhão em 2020, respectivamente, comparados aos mesmos períodos do ano anterior, são decorrentes da variação do efeito do mercado de curto prazo, atenuado pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 1,3 milhão no 4T20 comparado ao 4T19 e de R\$ 1,2 milhão em 2020 comparado ao ano anterior devem-se a correção dos preços do PPA, parcialmente compensado pelo efeito do mercado de curto prazo.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Os aumentos observados no 4T20 e em 2020, equivalentes a R\$ 26,7 milhões e R\$ 61,0 milhões, respectivamente, na comparação com os mesmos períodos do ano anterior, devem-se, essencialmente, à variação no efeito do Mercado de Curto Prazo, além da correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho e SKER (ativos Tamar).

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

A reduções de R\$ 11,2 milhões e o aumento de R\$ 7,4 milhões no 4T20 e em 2020, respectivamente, comparados aos mesmos períodos do ano anterior, são decorrentes da variação do efeito do mercado de curto prazo, atenuados pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar).

CUSTOS OPERACIONAIS

No 4T20 os custos operacionais somaram R\$ 79,9 milhões, queda de 3,3% na comparação com o 4T19, quando o valor foi de R\$ 82,6 milhões. Já em 2020 os custos operacionais somaram R\$ 238,3 milhões, aumento de 8,9%, na comparação com 2019, quando o valor foi de R\$ 218,8 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	4T19	4T20	Var %	2019	2020	Var %
Custo Total	82.570	79.871	-3,3%	218.842	238.307	8,9%
Custo do fornecimento de energia elétrica	78.072	78.379	0,4%	213.625	232.614	8,9%
- Depreciação e amortização	55.055	25.813	-53,1%	114.364	103.220	-9,7%
- Encargos setoriais	3.064	4.826	57,5%	13.702	16.334	19,2%
- Custo com compra de energia elétrica	16.904	43.458	157,1%	66.344	94.634	42,6%
- Seguro regulatório	1.344	1.070	-20,4%	5.376	4.947	-8,0%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	1.705	3.212	88,4%	13.839	13.479	-2,6%
Custo dos serviços prestados	4.498	1.492	N/A	5.217	5.693	9,1%
- Outros serviços	4.498	1.492	N/A	5.217	5.693	9,1%

Depreciação e Amortização

As variações de 53,1% e 9,7%, equivalentes a R\$ 29,2 e R\$ 11,1 milhões, na comparação entre os períodos de 2020 e 2019, devem-se à mudança na estimativa de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas.

Encargos Setoriais

As variações de 57,5% e 19,2%, na comparação do 4T20 e em 2020, respectivamente, com os mesmos períodos anteriores, deve-se, essencialmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas. Em 2020, os encargos setoriais relativos a custos incorridos com TUSD e CUST foram reclassificados da rubrica de despesas gerais e administrativas para custos na geração de energia elétrica.

Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. Os anos de 2019 e 2020, da mesma forma, têm exigido da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. Segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o Brasil teve o sétimo pior ciclo hidrológico da história no ano de 2019. A baixa hidrologia, por sua vez, impactou os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a carga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2020 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 94,6 milhões, comparado ao valor de R\$ 66,3 milhões em 2019. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado em 2020 representou um custo líquido de R\$ 40,9 milhões, incluindo custo líquido de R\$ 5,4 milhões em função da paralização da PCH São João.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil. Em adição, a partir do 3T19, passou a ser apresentado neste grupo créditos de PIS/Cofins sobre depreciação/amortização.

No 4T20 e em 2020 esta rubrica somou R\$ 3,2 e R\$ 13,5 milhões, representando aumento de R\$ 1,5 milhão e redução de R\$ 0,4 milhão na comparação com o 4T19 e com 2019.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados aos serviços administrativos e O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias.

DESpesas (RECEITAS) GERAIS

No 4T20 as despesas gerais somaram R\$ 57,9 milhões, aumento de 24,0% na comparação com o 4T19. Já em 2020 as despesas gerais somaram R\$ 129,1, aumento de 10,2% na comparação com 2019.

Despesas Gerais (R\$ mil)	4T19	4T20	Var %	2019	2020	Var %
Despesas Totais	46.691	57.912	24,0%	117.155	129.105	10,2%
- Gerais e Administrativas totais	24.333	32.299	32,7%	94.785	101.889	7,5%
- Gerais e administrativas	23.092	16.183	-29,9%	61.999	67.996	9,7%
- Remuneração dos administradores	2.465	2.585	4,9%	7.770	9.246	19,0%
- Encargos setoriais	2.750	919	-66,6%	7.819	5.710	-27,0%
- Depreciação e amortização	(10.801)	1.015	-109,4%	2.057	2.909	41,4%
- Com estudos em desenvolvimento	6.827	11.597	69,9%	15.140	16.028	5,9%
- Outras despesas (receitas)	22.358	25.613	15%	22.370	27.216	21,7%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Gerais e administrativas

A variação observada no 4T20 deve-se, essencialmente, a menores despesas com serviços de terceiros e viagens, compensado parcialmente por maiores despesas com pessoal em função do aumento de posições para atender o plano de crescimento. No ano, o aumento de 9,7% quando comparado a 2019 é explicado pelo aumento de posições.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2020 os valores apurados foram de R\$ 9,2 milhões, representando aumento de 19,0% na comparação com o ano anterior. O aumento ocorreu em função (i) do efeito inflacionário sobre honorário – 4,0%, (ii) do efeito da efetivação do Diretor de Gestão de Ativos em 01/10/2019 e (iii) do fato de uma posição do Conselho Fiscal ter ficado vaga por 4 meses em 2019.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas e por menores despesas com CFURH na Monel, em linha com a menor produção. Em 2020, os encargos setoriais relativos a custos incorridos com TUSD e CUST foram reclassificados da rubrica de despesas gerais e administrativas para custos na geração de energia elétrica.

Estudos e Desenvolvimento

No 4T20 e em 2020 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas em 2020 totalizou uma despesa líquida de R\$ 27,2 milhões. O resultado foi impactado, essencialmente, pela provisão de *impairment* da PCH São João, de R\$ 32,7 milhões, compensando pela reversão de provisão para perda em ativos relativos à propriedades da Companhia, cujo valor foi de R\$ 3,9 milhões.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No 4T20 o resultado de participação societárias totalizou ganho de R\$ 4,9 milhões, enquanto em 2020 o valor apurado foi equivalente a um ganho de R\$ 20,2 milhões. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	4T19	4T20	Var %	2019	2020	Var %
- Equivalência patrimonial	388	1.863	380,2%	6.291	15.177	141,2%
- Dividendos auferidos	1.383	3.012	117,8%	4.314	5.026	16,5%
Resultado de participações	1.771	4.875	175,3%	10.605	20.203	90,5%

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia de gestão de energia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

Dividendos auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

RESULTADO FINANCEIRO

No 4T20 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 18,9 milhões, aumento de R\$ 5,8 milhões na comparação com o mesmo período de 2019. Em 2020 o valor resultado foi uma despesa líquida de R\$ 56,2 milhões, aumento de R\$ 16,6 milhões, na comparação com 2019.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T19	4T20	Var %	2019	2020	Var %
Receitas financeiras	3.758	1.934	-49%	23.046	12.286	-46,7%
- Com aplicações financeiras	3.980	1.953	-51%	23.205	10.848	-53,3%
- Variação monetária ativa	(34)	(139)	N/A	0	1.243	N/A
- Outras receitas financeiras	(188)	120	N/A	(159)	195	N/A
Despesas financeiras	(16.905)	(20.879)	24%	(62.605)	(68.443)	9,3%
- Com financiamentos	(9.458)	(7.809)	-17%	(42.668)	(30.116)	-29,4%
- Comissão de fiança e garantias	(3)	(7)	N/A	(14)	(20)	42,9%
- IOF, multa e juros sobre tributos	(226)	(227)	0%	(875)	(1.083)	23,8%
- Variação monetária passiva	(4)	6	N/A	(116)	(346)	198,3%
- Concessões a pagar e outras despesas	(2.704)	(11.642)	331%	(10.726)	(28.902)	169,5%
- Juros sobre contrato de mútuo	(294)	0	N/A	(1.577)	(217)	-86,2%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(307)	(291)	-5%	(1.196)	(1.144)	-4,3%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(172)	(303)	76%	(692)	(1.827)	164,0%
- Outras despesas financeiras	(3.737)	(606)	-84%	(4.741)	(4.788)	1,0%
Resultado Financeiro	(13.147)	(18.945)	44%	(39.559)	(56.157)	42,0%

Receitas Financeiras

No 4T20 e em 2020 as receitas financeiras atingiram R\$ 1,9 milhão e R\$ 12,3 milhões, representando redução de R\$ 1,8 milhão e R\$ 10,8 milhões na comparação com o 4T19 e 2019, respectivamente. Tal variação é decorrente, principalmente, do menor rendimento sobre aplicações financeiras em função da menor curva de CDI apurada no período.

Despesas Financeiras

No 4T20 e em 2020 as despesas financeiras atingiram R\$ 20,9 milhões e R\$ 68,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 4,0 milhões e R\$ 5,8 milhões na comparação com os mesmos períodos do ano anterior. O aumento deve-se a (i) variação das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da curva de IGP-M apurado no período, (ii) pagamento da taxa de análise de viabilidade dos projetos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 3,0 milhões e (iii) taxa de pré-pagamento da dívida junto ao BNDES na operação de *liability management*, ambas afetando outras despesas financeiras. Tais aumentos foram compensados parcialmente pela menor capitalização de juros por conta do pré-pagamentos das dívidas das subsidiárias da Companhia, com consequente redução do custo médio.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2020 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 14,1 milhões.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2020 as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 181 mil, representando o resultado da subsidiária Enex.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

No 4T20 foi registrado prejuízo líquido de R\$ 33,7 milhões, enquanto no 4T19 o prejuízo foi de R\$ 33,2 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente. Já em 2020 foi registrado resultado líquido de R\$ 59,5 milhões, comparado ao resultado de R\$ 45,2 milhões registrados em 2019.

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 236,1 milhões em 2020, apresentando um aumento de R\$ 7,0 milhões em relação a 2019, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou queda de 2,8 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 52,3% para 49,5% da receita operacional líquida no 2019 e 2020.

EBITDA (R\$ mil)	4T19	4T20	Var %	2019	2020	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	(33.182)	(33.658)	N/A	45.236	59.504	31,5%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	3.126	1.247	-60,1%	28.159	14.130	-49,8%
(+) Despesas financeiras líquidas	13.147	18.945	44,1%	39.559	56.157	42,0%
(+) Depreciação, amortização	44.253	26.828	-39,4%	116.421	106.129	-8,8%
(+) Operação descontinuada	(37)	24	N/A	(276)	181	N/A
EBITDA – ICVM nº 527	27.307	13.386	-51,0%	229.099	236.101	3,1%
Receita Líquida	110.568	122.671	10,9%	438.070	477.180	8,9%
Margem EBITDA (%)	24,7%	10,9%	-13,8	52,3%	49,5%	-2,8

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

6) Perfil do endividamento

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

No 1T20 a Companhia concluiu importantes iniciativas relacionadas à melhoria de sua estrutura de capital (*liability management*), efetuando o pagamento antecipado dos financiamentos de suas subsidiárias (i) UHE Monel Monjolinho, (ii) PCH Moinho, (iii) PCH Passos Maia e (iv) Complexo Eólico da Bahia. O total da operação de pré-pagamento somou R\$ 360 milhões, sendo o valor uma combinação de recursos próprios utilizados (R\$ 105 milhões) e recursos de terceiros (R\$ 255 milhões).

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia captou R\$ 145 milhões em um empréstimo ponte para financiamento do início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

A Administração entende que tais iniciativas fortalecem ainda mais a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao futuro ciclo de investimentos que é esperado.

Em dezembro, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratos de financiamento de até R\$1.063 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA. O primeiro desembolso está previsto para 2T21 após atingimento de condições precedentes.

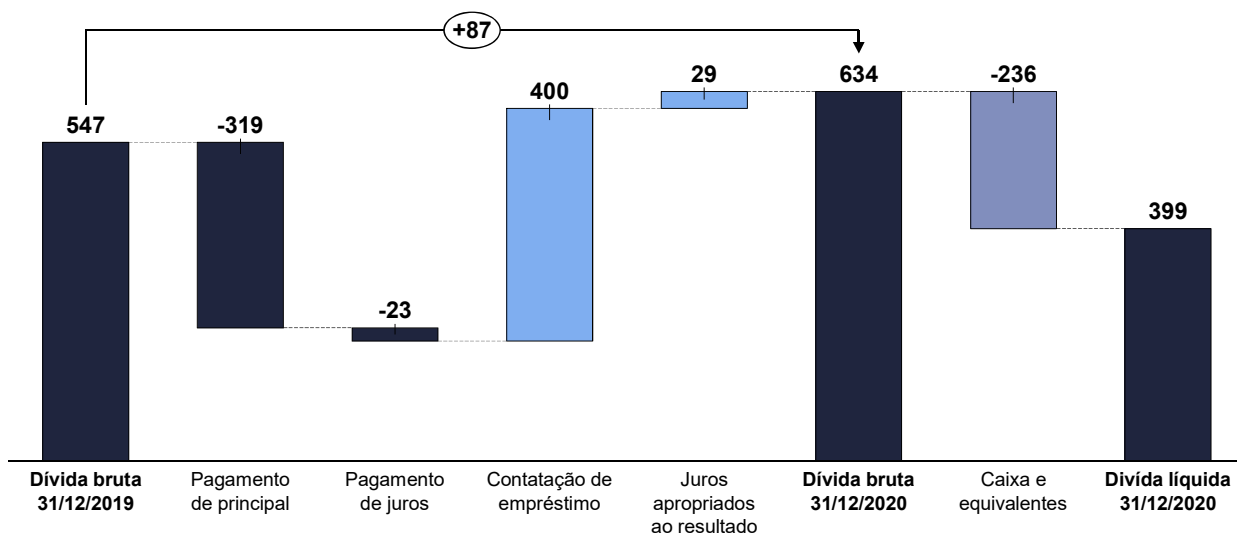
Em 31 de dezembro de 2020 a dívida líquida somava R\$ 398,8 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	547.100	634.448	87.348	16,0%
- Financiamento de obras - BNDES	115.128	0	(115.128)	N/A
- Financiamento de obras - BNB	204.281	0	(204.281)	N/A
- Debêntures 476	227.690	228.233	543	0,2%
- Financiamento 4.131	0	406.215	406.215	N/A
Caixa e aplicações financeiras	263.250	235.645	(27.605)	-10,5%
Dívida líquida	283.850	398.803	114.953	40,5%
EBITDA (últimos 12 meses)	229.099	236.101	7.002	3,1%
Dívida líquida / EBITDA	1,2	1,7	0,5	36,3%

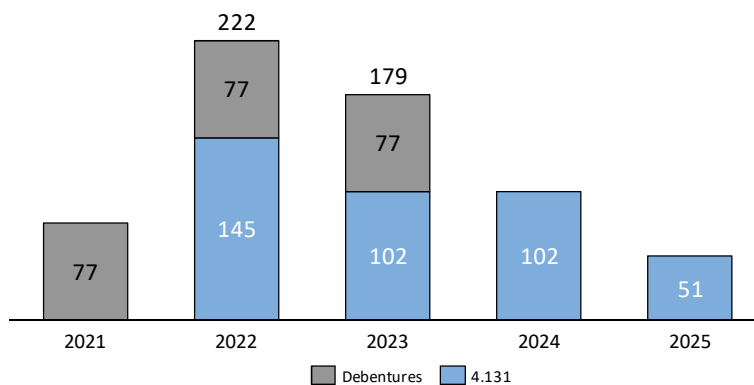
Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 40,5% ou R\$ 115,0 milhões.

As movimentações que contribuíram para aumento do saldo foram (i) captação de R\$ 400 milhões, incluindo a captação para melhoria da estrutura de capital (R\$ 255 milhões) e o empréstimo ponte (R\$145 milhões), e (ii) apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 28,9 milhões. Esses efeitos foram atenuados pela (i) amortização de R\$ 318,8 milhões de principal e (ii) pagamento de R\$ 22,8 milhões de juros.

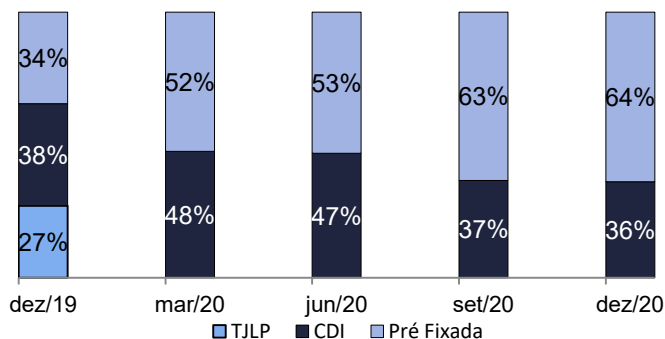


O cronograma de amortização do endividamento, em 31 de dezembro de 2020, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

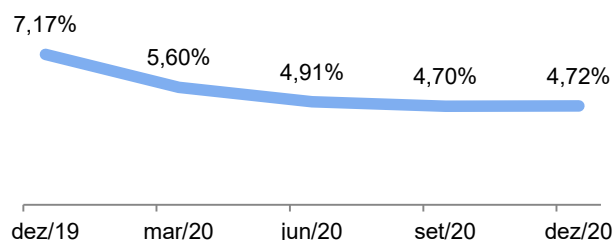


Em dezembro de 2020, a participação da dívida atrelada ao CDI era de 36%, representada pelas debêntures, ante a 64% da pré-fixada, representada pelas dívidas contratadas no 1T20 e no 3T20.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária

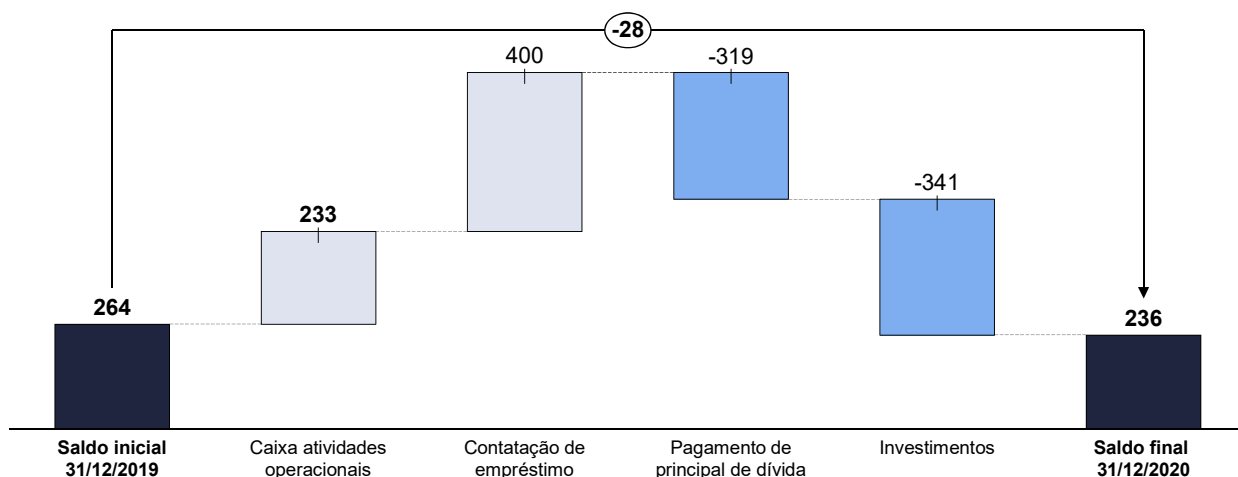


Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 27,9 milhões.

As movimentações que contribuíram para a redução foram (i) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 318,9 milhões e (ii) investimentos em imobilizado e intangível realizados no valor de R\$ 341,3 milhões.

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para o aumento foram (i) a contratação de empréstimos no montante de R\$ 400,0 milhões e (ii) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 232,9.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 era composto pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 235,6 milhões.



7) Demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL - Ativo:

Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	Var. %
Circulante	308.943	324.871	5,2%
Caixa e equivalentes de caixa	219.702	235.645	7,3%
Contas a receber	62.415	54.730	-12,3%
Dividendos a receber	1.494	3.604	141,2%
Estoques	-	2.179	N/A
Tributos a recuperar	14.808	17.297	16,8%
Repactuação do risco hidrológico	2.382	884	-62,9%
Outros ativos	8.142	10.532	29,4%
Não Circulante	1.894.572	2.022.921	6,8%
Aplicação financeira restrita	43.818	-	N/A
Contas a receber	28.072	9.550	-66,0%
Partes relacionadas	-	-	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.726	180	-98,7%
Repactuação do risco hidrológico	4.552	3.668	-19,4%
Outros ativos	3.743	5.995	60,2%
Propriedades para investimento	15.123	19.092	26,2%
Operações descontinuadas	2.173	1.992	-8,3%
Investimentos ao valor justo	60.827	40.476	-33,5%
Investimentos	27.198	48.714	79,1%
Imobilizado	1.343.327	1.561.815	16,3%
Intangível	352.013	331.439	-5,8%
Total Ativo	2.203.515	2.347.792	6,6%

► **BALANÇO PATRIMONIAL – Passivo/Patrimônio líquido:**

Passivo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	Var. %
Circulante	232.507	306.640	31,9%
Fornecedores	103.982	124.009	19,3%
Financiamentos e debêntures	35.382	82.413	132,9%
Partes relacionadas	54.376	58.972	8,5%
Concessões a pagar	9.897	11.537	16,6%
Salários e encargos sociais	6.933	8.556	23,4%
Arrendamentos	2.819	3.796	34,7%
Tributos a recolher	4.674	4.032	-13,7%
Imposto de renda e contribuição social	5.551	1.816	-67,3%
Dividendos a pagar	2.149	2.826	31,5%
Outros passivos	6.744	8.683	28,8%
Não Circulante	693.152	720.050	3,9%
Financiamentos e debêntures	511.718	552.035	7,9%
Concessões a pagar	70.388	85.050	20,8%
Tributos a recolher	1.025	349	-66,0%
Imposto de renda e contribuição social	865	294	-66,0%
Provisão para remoção de imobilizado	10.455	10.866	3,9%
Arrendamentos	11.713	13.275	13,3%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	43.692	38.216	-12,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.601	17.544	-56,8%
Outros passivos	2.695	2.421	-10,2%
Total Passivo	925.659	1.026.690	10,9%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora	1.277.849	1.321.102	3,4%
Capital social	1.131.910	1.131.910	0,0%
Reservas de Lucros	101.358	158.036	55,9%
Ajuste de avaliação patrimonial	44.581	31.149	-30,1%
Lucros acumulados	-	-	N/A
Participação de não controladores	7	7	0,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.203.508	2.347.792	6,6%

► **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – (R\$ MIL):**

R\$ mil	2019	2020	Var %
Receita líquida	438.070	477.180	8,9%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(213.625)	(232.614)	8,9%
Custo dos serviços prestados	(5.217)	(5.693)	9,1%
Lucro bruto	219.228	238.873	9,0%
Gerais e administrativas	(94.785)	(101.889)	7,5%
Outras (despesas) receitas	(22.370)	(27.215)	N/A
Equivalência patrimonial	6.291	15.177	141,2%
Dividendos auferidos	4.314	5.026	16,5%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	112.678	129.972	15,3%
Resultado financeiro	(39.559)	(56.157)	42,0%
Despesas financeiras	(62.605)	(68.443)	9,3%
Receitas Financeiras	23.046	12.286	-46,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.119	73.815	1,0%
Imposto de renda e contribuição social	(28.159)	(14.130)	-49,8%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	276	(181)	-165,6%
Lucro líquido do exercício	45.236	59.504	31,5%
Acionistas da Controladora	45.236	59.504	31,5%
Participação de não controladores	-	-	-

Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Statkraft Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Statkraft Energias Renováveis S.A. em 31 de Dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à Companhia e controladas, sendo que o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a Companhia e controladas, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento de receita foi considerado um principal assunto em nossa auditoria em virtude:

(i) da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento; (ii) do risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; e (iii) do risco de que o cálculo da receita variável não esteja de acordo com as condições e com os termos contratuais.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, as regras de comercialização de energia e as características do contrato de venda de energia, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita; (iv) seleção de transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos contratos de venda de energia e demais documentos-suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia e controladas; e (v) recálculo das receitas variáveis baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.22 e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas Controladas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 16 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019			31.12.2020	31.12.2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	174.942	85.992	235.645	219.702	Fornecedores	16	102.926	9.993	124.009	103.982
Contas a receber	6	33.295	16.425	54.730	62.415	Financiamentos e debêntures	17	82.413	6.027	82.413	35.382
Dividendos a receber	10	29.239	27.312	3.604	1.494	Partes relacionadas	10	57.940	54.378	58.972	54.376
Estoques		2.179	-	2.179	-	Concessões a pagar	18	11.537	-	11.537	9.897
Tributos a recuperar		16.138	5.350	17.297	14.808	Salários e encargos sociais		7.443	5.981	8.556	6.933
Repactuação do risco hidrológico	7	709	647	884	2.382	Arrendamentos	26	2.733	1.848	3.796	2.819
Outros ativos		2.057	4.570	10.532	8.142	Tributos a recolher	19	1.867	1.249	4.032	4.674
Total do ativo circulante		258.559	140.296	324.871	308.943	Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	1.816	5.551
						Dividendos a pagar	10	2.826	2.149	2.826	2.149
						Outros passivos	20	7.170	2.360	8.683	6.744
						Total do passivo circulante		276.855	83.985	306.640	232.507
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	9	-	-	-	43.818	Financiamentos e debêntures	17	552.035	221.663	552.035	511.718
Contas a receber	6	-	-	9.550	28.072	Concessões a pagar	18	85.050	-	85.050	70.388
Partes relacionadas	10	180	180	-	-	Tributos a recolher	19	-	-	349	1.025
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	950	180	13.726	Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	294	865
Repactuação do risco hidrológico	7	1.780	2.490	3.668	4.552	Provisão para remoção de imobilizado	13.a)	-	-	10.866	10.455
Propriedades para investimento	15	19.092	15.123	19.092	15.123	Arrendamentos	26	10.251	9.233	13.275	11.713
Operações descontinuadas	8	1.992	2.173	1.992	2.173	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	30	30.014	38.537	38.216	43.692
Investimentos ao valor justo	11	40.476	60.827	40.476	60.827	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	17.544	40.601	17.544	40.601
Outros ativos		2.975	2.961	5.995	3.743	Provisão para passivo a descoberto	12	426	378	-	-
Investimentos	12	1.245.523	898.048	48.714	27.198	Outros passivos	20	2.421	623	2.421	2.695
Imobilizado	13	509.360	353.008	1.561.815	1.343.327	Total do passivo não circulante		697.741	311.035	720.050	693.152
Intangível	14	215.754	196.813	331.439	352.013	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		2.037.132	1.532.573	2.022.921	1.894.572	Capital social	21	1.131.910	1.131.910	1.131.910	1.131.910
						Reservas de Lucros	21	158.036	101.358	158.036	101.358
						Ajuste de avaliação patrimonial	21	31.149	44.581	31.149	44.581
								1.321.095	1.277.849	1.321.095	1.277.849
						Participação de não controladores		-	-	7	7
						Total do patrimônio líquido		1.321.095	1.277.849	1.321.102	1.277.856
TOTAL DO ATIVO		2.295.691	1.672.869	2.347.792	2.203.515	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.295.691	1.672.869	2.347.792	2.203.515

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA					
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	22	180.169	35.472	476.731	437.244
Receita líquida da prestação de serviços	22	<u>10.815</u>	<u>7.630</u>	<u>449</u>	<u>826</u>
Receita líquida		190.984	43.102	477.180	438.070
Custo do fornecimento de energia elétrica	23.a)	(113.915)	(39.308)	(232.614)	(213.625)
Custo dos serviços prestados	23.a)	<u>(4.677)</u>	<u>(4.115)</u>	<u>(5.693)</u>	<u>(5.217)</u>
LUCRO BRUTO		<u>72.392</u>	<u>(321)</u>	<u>238.873</u>	<u>219.228</u>
Gerais e administrativas	23.b)	(56.899)	(61.153)	(101.889)	(94.785)
Equivalência patrimonial	12	103.870	137.267	15.177	6.291
Dividendos auferidos	11	5.026	4.314	5.026	4.314
Outras (despesas) receitas	23.c)	<u>(28.401)</u>	<u>(22.144)</u>	<u>(27.215)</u>	<u>(22.370)</u>
		23.596	58.284	(108.901)	(106.550)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>95.988</u>	<u>57.963</u>	<u>129.972</u>	<u>112.678</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	24	(44.694)	(25.883)	(68.443)	(62.605)
Receitas financeiras	24	<u>5.728</u>	<u>7.072</u>	<u>12.286</u>	<u>23.046</u>
Total do resultado financeiro		<u>(38.966)</u>	<u>(18.811)</u>	<u>(56.157)</u>	<u>(39.559)</u>
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		57.022	39.152	73.815	73.119
Imposto de renda e contribuição social	25	<u>2.663</u>	<u>5.808</u>	<u>(14.130)</u>	<u>(28.159)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		59.685	44.960	59.685	44.960
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	<u>(181)</u>	<u>276</u>	<u>(181)</u>	<u>276</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>59.504</u>	<u>45.236</u>	<u>59.504</u>	<u>45.236</u>
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas da controladora				59.504	45.236
Participação de não controladores				-	-
				<u>59.504</u>	<u>45.236</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$					
De operações continuadas		0,27332	0,20589		
De operações descontinuadas		<u>(0,00083)</u>	<u>0,00126</u>		
	31	<u>0,27249</u>	<u>0,20715</u>		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.504	45.236	59.504	45.236
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:				
Variação de investimentos ao valor justo	(13.432)	8.013	(13.432)	8.013
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>46.072</u>	<u>53.249</u>	<u>46.072</u>	<u>53.249</u>
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da controladora			46.072	53.249
Participação de não controladores			-	-
			<u>46.072</u>	<u>53.249</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expresso em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019		1.131.910	4.152	53.175	36.568	-	1.225.805	7	1.225.812
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	45.236	45.236	-	45.236
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	8.013	-	8.013	-	8.013
Constituição de reserva legal		-	2.261	-	-	(2.261)	-	-	-
Destinação de dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	(2.149)	(2.149)	-	(2.149)
Outras movimentações em reservas de lucros		-	-	944	-	-	944	-	944
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	40.826	-	(40.826)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>1.131.910</u>	<u>6.413</u>	<u>94.945</u>	<u>44.581</u>	<u>-</u>	<u>1.277.849</u>	<u>7</u>	<u>1.277.856</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	59.504	59.504	-	59.504
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	(13.432)	-	(13.432)	-	(13.432)
Constituição de reserva legal		-	2.975	-	-	(2.975)	-	-	-
Destinação de dividendos obrigatórios	21.b)	-	-	-	-	(2.826)	(2.826)	-	(2.826)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	53.703	-	(53.703)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>1.131.910</u>	<u>9.388</u>	<u>148.648</u>	<u>31.149</u>	<u>-</u>	<u>1.321.095</u>	<u>7</u>	<u>1.321.102</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos		57.022	39.152	73.815	73.119
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:					
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	-	-	(281)	(2.286)
Equivalência patrimonial	12	(103.870)	(137.267)	(15.177)	(6.291)
Valor justo de propriedades para investimento	15	(3.969)	374	(3.969)	374
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	13 e 14	2.401	2.272	8.295	14.969
Depreciação e amortização	13 e 14	49.036	33.710	106.129	118.549
Encargos financeiros de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	25.412	18.060	28.936	42.668
Juros sobre arrendamento mercantil	24	792	808	1.144	1.196
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado	13.a)	-	-	411	312
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	30	(8.714)	24.119	(5.476)	22.878
Provisão para perda de valor recuperável de ativos	13	32.680	-	32.680	-
Dividendos de investidas ao valor justo	11	(5.026)	(4.314)	(5.026)	(4.314)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		(6.159)	31.451	26.207	71.302
Tributos a recuperar		1.014	(919)	(2.489)	(5.499)
Outras movimentações em ativos		1.502	(4.868)	(4.439)	(2.516)
Fornecedores		12.988	349	20.027	(26.690)
Salários e encargos sociais		1.275	1.257	1.623	(106)
Tributos a recolher		(2.551)	(18.945)	(10.410)	(20.964)
Outras movimentações em passivos		10.998	337	15.597	(12.330)
Encargos pagos de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	(18.654)	(17.573)	(22.789)	(41.847)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.216)	-	(11.935)	(31.110)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>40.961</u>	<u>(31.997)</u>	<u>232.873</u>	<u>191.414</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Resgates de aplicação financeira restrita	9	-	-	44.099	1.519
Aplicação financeira de longo prazo	9	-	-	-	(30)
Aquisição de controladas		-	(1.871)	-	-
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	13 e 14	(20.197)	(141.635)	(341.254)	(155.896)
Partes relacionadas	10	3.562	1.466	4.596	1.467
Redução (aumento) de capital em investidas	12	(545.772)	13.504	(14.000)	-
Dividendos recebidos	12	134.776	139.615	10.577	9.714
Ajuste de preço pago na aquisição de investidas		-	(14.443)	-	(14.443)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes de incorporação de investida	12.1	88.920	94.962	-	-
Outras movimentações em investimentos		(11.151)	(1.782)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(349.862)</u>	<u>89.816</u>	<u>(295.982)</u>	<u>(157.669)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	17	400.000	-	400.000	-
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	17	-	(30.000)	(318.799)	(59.841)
Dividendos pagos	21. b)	(2.149)	(15.373)	(2.149)	(15.373)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>397.851</u>	<u>(45.373)</u>	<u>79.052</u>	<u>(75.214)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>88.950</u>	<u>12.446</u>	<u>15.943</u>	<u>(41.469)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	85.992	73.546	219.702	261.171
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	174.942	85.992	235.645	219.702
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>88.950</u>	<u>12.446</u>	<u>15.943</u>	<u>(41.469)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
RECEITAS	22	213.068	48.217	513.608	468.204
Venda de energia elétrica		200.804	39.571	513.029	467.268
Venda de serviços		12.264	8.646	579	936
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(117.583)	(63.897)	(209.480)	(179.180)
Custo da geração de energia	23.a)	(67.984)	(7.656)	(129.837)	(94.394)
Custo dos serviços prestados	23.a)	(8)	(2)	(1.358)	(5.217)
Despesas gerais e administrativas	23.b)	(21.190)	(34.095)	(51.070)	(57.199)
Outros resultados operacionais	23.c)	(28.401)	(22.144)	(27.215)	(22.370)
VALOR ADICIONADO BRUTO		95.485	(15.680)	304.128	289.024
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	13 e 14	(49.036)	(33.709)	(106.129)	(116.421)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		46.449	(49.389)	197.999	172.603
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		114.443	148.929	32.308	33.927
Resultado de equivalência patrimonial	12	103.870	137.267	15.177	6.291
Receitas financeiras	24	5.728	7.072	12.286	23.046
Resultado das operações descontinuadas	8	(181)	276	(181)	276
Dividendos auferidos	11	5.026	4.314	5.026	4.314
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		160.892	99.540	230.307	206.530
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:		29.660	23.005	41.541	32.869
Remuneração direta		22.682	18.399	32.908	26.511
Benefícios		5.451	3.087	6.733	4.470
FGTS		1.527	1.519	1.900	1.888
Impostos, taxas e contribuições:		25.910	4.284	59.186	64.487
Federais		25.310	4.068	58.248	64.464
Estaduais		289	-	885	-
Municipais		311	216	53	23
Remuneração de capitais de terceiros:		45.818	27.015	70.076	63.938
Juros	24	26.591	19.638	31.692	45.441
Aluguéis	23.b)	1.124	1.132	1.633	1.333
Despesa financeira - uso do bem público	24	14.781	-	28.902	10.726
Outras despesas financeiras	24	3.322	6.245	7.849	6.438
Remuneração de capitais próprios:		59.504	45.236	59.504	45.236
Reservas de lucros		56.678	43.087	56.678	43.087
Lucros destinados		2.826	2.149	2.826	2.149
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		160.892	99.540	230.307	206.530

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “SKER”), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da implementação e operação de projetos de energia renovável e prestação de serviço de operação e manutenção. Seus ativos em operação atuam na geração de energia eólica e hídrica, compreendendo uma capacidade instalada total de 449,6 MW.

1.1. *Principais eventos de 2020 e 2019*

Incorporação da Tamar PCH:

Em 16 de agosto de 2019, foi aprovada a incorporação da investida Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (“Tamar PCH”) pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Tamar PCH foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Tamar PCH na data da incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$283.847. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de junho de 2019, de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os saldos de ativos adquiridos e passivos assumidos estão representados na nota explicativa nº 12.1.

Aquisição de projetos eólicos:

Em 8 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação nas empresas Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A., ambas detentoras de projetos eólicos “greenfield” em desenvolvimento, ampliando a representatividade do Grupo Statkraft no setor de energia do Brasil, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1.

Em 18 de outubro de 2019, a Statkraft Energias Renováveis S.A. participou do 30º Leilão de Energia Nova do tipo A-6 e sagrou-se vencedora com parte dos projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira, com capacidade instalada total de 420MW e 75,6MW, respectivamente. Os 11 projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Para viabilizar os projetos eólicos supracitados, foram constituídas onze Companhias, que conterão os ativos de geração eólica, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

Incorporação da Monel na Companhia:

Em 04 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação da investida Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel") nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação visando melhorar o desempenho administrativo e financeiro da Companhia. Como resultado desta incorporação, a Monel foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Monel na data base do laudo de incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$182.346. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de junho de 2020, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os saldos de ativos adquiridos e passivos assumidos estão representados na nota explicativa nº 12.1.

Inspeção e reforma da PCH São João:

Em 24 de agosto de 2020 a PCH São João foi desligada para realização da substituição das válvulas das unidades geradoras, dentro de uma atividade de manutenção programada com estimativa de conclusão em 05 de novembro de 2020. Para realizar esta manutenção o túnel de adução da usina foi esvaziado e, como recomenda a boa prática de engenharia, procedeu-se imediatamente à sua inspeção. Durante a inspeção do túnel de adução foram encontrados cartuchos explosivos não detonados e danos materiais com regiões instáveis, que provocaram a suspensão dos trabalhos de inspeção por motivo de segurança. Uma nova campanha de inspeção associada à recuperação dos danos no túnel será contratada no primeiro trimestre de 2021, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2021, quando serão mensurados os gastos para recuperação deste ativo. A Companhia reconheceu uma provisão para perda ao valor recuperável conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a qual será atualizada conforme conclusão da avaliação técnica contendo a mensuração do comprometimento efetivo do túnel.

1.2. Participações societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias operacionais, e também na Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex"), que foi descontinuada em 2016:

Companhia	Tipo	Participação Societária	
		2020	2019
<u>Eólicas operacionais</u>			
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a) Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Eólicas não operacionais</u>			
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. ("Santa Eugênia")	(g) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo I S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo II S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo III S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo IV S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo V S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo VI S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo VII S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo VIII S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo IX S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Oslo X S.A.	(h) Controlada direta	99,99%	99,99%
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. ("São Vitorino")	(g) Controlada direta	100,00%	100,00%
Serra da Mangabeira S.A.	(h) Controlada direta	100,00%	-

Companhia	Tipo	Participação Societária	
		2020	2019
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas</u>			
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c) Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<u>Usinas Hidrelétricas</u>			
Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel")	(d) Controlada direta	-	100,00%
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(e) Outras participações	20,00%	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(e) Outras participações	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(e) Outras participações	2,12%	2,12%
<u>Serviços de Operação e Manutenção (O&M):</u>			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex")	(f) Operação descontinuada	100,00%	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de concessão, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 ("LEN 2011 (A-3) ". A Controlada foi incorporada à Companhia em 04 de setembro de 2020.
- (e) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (f) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa nº 8)
- (g) Referem-se a controladas diretas com projetos "greenfield" do segmento eólico em fase de desenvolvimento.
- (h) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.

1.3. Principais características dos empreendimentos de geração

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas, controlada em conjunto e empreendimentos minoritários do Grupo:

Usina	Contratos	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Fim do período de concessão	Capacidade de produção instalada MW	Capacidade de produção instalada Statkraft MW	Garantia física MW médio
Eólicas (“EOL”):							
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul-45	34,5	34,5	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	mai-45	35,07	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	mai-45	30,06	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	mai-45	30,06	30,06	11,33
Hídricas:							
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	nov-31	22,2	22,2	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	ago-30	15	15	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	abr-31	30	30	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	jun-38	13,7	13,7	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	fev-34	25	12,5	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	35 anos	abr-37	74,4	74,4	41,7
UHE Suíça (SKER)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	jul-25	33,9	33,9	21,61
PCH Viçosa (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	mai-29	4,5	4,5	2,52
PCH São João (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	26 anos	mai-29	25	25	12,95
PCH Alegre (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	2,06	2,06	1,16
PCH Fruteiras (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	8,74	8,74	5,56
PCH Jucu (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	4,84	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (SKER)	CBR - ESCELSA/ CCEAR ⁽¹⁾	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	22,5	22,5	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	nov-31	29	29	15,58
UHE Monte Claro (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	mar-36	130	6,5	69
UHE Castro Alves (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	mar-36	130	6,5	64
UHE 14 de Julho (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	mar-36	100	6,0	50
UHE Dona Francisca		Contrato de Concessão nº 188/1998	35 anos	ago-33	125	2,6	80

¹ A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado (“CBR”) firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (“ESCELSA”) e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) firmado com diversas distribuidoras.

1.4. *Liminar GSF (“Generation Scalling Fator”)*

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, os saldos no mercado de curto prazo referentes aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monjolinho e PCH Moinho encontravam-se protegidos do efeito controverso do MRE.

Em 23 de outubro de 2018, ocorreu a modulação da liminar associada a ação judicial que protegia essas usinas (ação judicial GSF APINE), resultando no fim da proteção desde 08 de fevereiro de 2018, porém, mantendo-se represados os valores entre 01 de julho de 2015 e 07 de fevereiro de 2018. São esses valores, atualizados por IGPM, que estão devidamente provisionados pela Companhia no seu balanço e divulgados na nota explicativa nº 16.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel através da REN nº 895/2020. Considerando-se o estabelecido na resolução espera-se que a regularização do Mercado de Curto Prazo ocorra durante o 2º trimestre de 2021, com o consequente pagamento dos valores provisionados e que parte dos valores do GSF passado será revertida através da extensão de outorgas.

Até 31 de dezembro de 2020, não houve qualquer efeito a ser registrado nas demonstrações financeiras em decorrência desse assunto.

1.5. *Impactos do COVID-19 nas informações financeiras*

No final de 2019, os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Dessa forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas usinas e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita líquida consolidada auferida no exercício de 2020 no montante de R\$477.180 superou em 8,9% a realizada no exercício anterior (R\$438.070).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.

- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal).
- Estamos preservando os recursos de caixa, para atravessarmos o processo da COVID-19.
- Durante as operações do exercício de 2020, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos decorrentes do cenário da pandemia que requeiram ajustes como impairment de ativos ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia destacamos:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal com a liderança.
- Aplicação do “Home Office” para as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma “on-line”.
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

1.6. *Capital circulante líquido*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$18.296 (R\$56.311 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2019), sobretudo em decorrência das parcelas circulantes de financiamentos e debêntures, as quais contemplam o período de 12 meses, ao passo que os ativos referentes ao contas a receber correspondem apenas ao fornecimento de energia já incorrido. A Administração da Companhia entende que suas operações, em conjunto com os aportes de capital recebidos nos primeiros meses de 2021, conforme mencionado na nota explicativa nº 32, gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações e manter a continuidade normal de suas operações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de março de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 16 de agosto de 2019, foi aprovada a incorporação da investida Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (“Tamar PCH”) e em 04 de setembro de 2020 foi aprovada a incorporação da investida Monel Monjolinho Energética S.A. (“UHE Monel”) na controladora Statkraft Energias Renováveis S.A., motivo pelo qual as informações financeiras da controladora, apresentadas nas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 estão impactadas pelas incorporações dessas companhias a partir das respectivas datas de incorporação. Dessa forma, as informações financeiras individuais da Companhia devem ser avaliadas considerando a situação acima descrita.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRSs*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.4. Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

As práticas contábeis adotadas para controladora e suas subsidiárias são consistentes em todos os exercícios apresentados.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

(d) Combinação de negócios

É o método contábil aplicado quando há ocorrência de aquisição de um negócio, conforme definição do CPC 15 Combinação de Negócios. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo à data da aquisição de controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração. Os valores justos de ativos excedentes aos valores de livro são classificados como “mais valia” no grupo de investimentos para fins da controladora, enquanto o valor não alocado pela mensuração dos ativos e passivos ao valor justo é classificado como “ágio”.

2.5. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2020 e 2019.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.8. Ativos financeiros

Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais e que deem origem em datas especificadas a pagamentos de principal e juros.

(b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e também ativos que deem origem em datas especificadas à pagamentos de principal e juros.

(c) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se o Grupo não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que o Grupo pode ter que pagar. Se o Grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que o Grupo optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é

estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda esperada") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício são avaliadas periodicamente conforme estimativa de perdas de crédito para cada ativo financeiro.

2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

2.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota 3.1.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.12. Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

2.13. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedades para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a Companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.14. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.17. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Companhia se enquadra no regime do lucro real, enquanto suas controladas aplicam o regime do lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.20. Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.21. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.22. Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (*Generation Scalling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

2.23. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

2.24. Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 15 (R1)/ IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente às transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.
- CPC 26 (R1)/ IAS 1 e IAS 8: Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

- CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.
- CPC 06(R2)/ IFRS 16: Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19.
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Conceptual Framework for Financial Reporting: As alterações ocorridas impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Os pronunciamentos que entraram em vigor em 2020 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas para este exercício.

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.25. Reapresentação da demonstração de fluxo de caixa

A demonstração de fluxo de caixa de 2019 está sendo reapresentada para melhor compreensão dos saldos comparativos em 31 de dezembro de 2020. Esta demonstração está apresentada de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O saldo de caixa proveniente de incorporação de investida anteriormente apresentado como aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa está sendo reapresentado como atividades de investimento em 31 de dezembro de 2019.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, o Grupo reconhecia a despesa de depreciação com base no método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização/concessão.

A partir de outubro de 2019, o Grupo realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível” e “Propriedades para investimento”.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela Administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

g) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos, é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

As relações dívida líquida / patrimônio líquido podem ser verificadas conforme seguem:

	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Total dos financiamentos	634.448	227.690
(-)caixa e equivalentes de caixa	(174.942)	(85.992)
Dívida líquida	459.506	141.698
Total do patrimônio líquido	1.332.326	1.277.849
Dívida líquida / patrimônio líquido - %	34,49	11,09
	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Total dos financiamentos	634.448	547.100
(-)caixa e equivalentes de caixa	(235.645)	(219.702)
(-)aplicação financeira restrita	-	(43.818)
Dívida líquida	398.803	283.580
Total do patrimônio líquido	1.332.333	1.277.856
Dívida líquida / patrimônio líquido - %	29,93	22,19

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contas bancárias em moeda funcional	3.621	948	6.278	7.789
Aplicações financeiras com liquidez imediata	171.321	85.044	229.367	211.913
	<u>174.942</u>	<u>85.992</u>	<u>235.645</u>	<u>219.702</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecimento de energia elétrica	(i)	24.542	10.566	47.415	46.955
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	-	2.284	-
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	13.358	42.349
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	8.753	5.559	1.223	883
Outras contas a receber	(v)	-	300	-	300
Total		<u>33.295</u>	<u>16.425</u>	<u>64.280</u>	<u>90.487</u>
Ativo Circulante		33.295	16.425	54.730	62.415
Ativo não circulante		-	-	9.550	28.072

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo.
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.
- (v) Outros saldos de contas a receber oriundos da venda de propriedade para investimentos.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As empresas Tamar PCH e Santa Fé também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico protegendo-se de 94% e 92% respectivamente da exposição ao risco do GSF.

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como “core business” a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Companhia para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Despesas gerais e administrativas	(214)	(255)
Provisões e condenações judiciais	43	377
Resultado financeiro	<u>(10)</u>	<u>154</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(181)</u>	<u>276</u>

O saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica “Operações descontinuadas” no valor de R\$1.992 (em 31 de dezembro de 2019, R\$2.173).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS (CONSOLIDADO)

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota explicativa nº 17).

As aplicações financeiras restritas possuem rentabilidade referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
No início do exercício	43.818	43.021
Aplicação	-	30
Rendimentos líquidos de impostos	281	2.286
Resgates	(44.099)	(1.519)
No final do exercício	-	43.818

Em virtude dos pré-pagamentos dos contratos de empréstimos que previam garantias através de tais depósitos bancários, ocorridos em fevereiro e março de 2020 conforme mencionado nas notas explicativas 17.a e 17.b, os montantes tornaram-se caixa e equivalentes de caixa.

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<u>Ativo circulante</u>					
Contas a receber:					
Energen S.A.	(i)	287	53	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	300	300	300	300
Esmeralda S.A.	(i)	207	77	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	904	955	-	-
Moinho S.A.	(i)	824	1.320	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	(i)	-	116	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	599	844	-	-
Oslo I S.A.	(i)	306	-	-	-
Oslo II S.A.	(i)	247	-	-	-
Oslo III S.A.	(i)	804	-	-	-
Oslo IV S.A.	(i)	266	-	-	-
Oslo V S.A.	(i)	234	-	-	-
Oslo VI S.A.	(i)	194	-	-	-
Oslo VII S.A.	(i)	62	-	-	-
Oslo VIII S.A.	(i)	186	-	-	-
Oslo IX S.A.	(i)	183	-	-	-
Oslo X S.A.	(i)	243	-	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	173	132	172	131
Santa Laura S.A.	(i)	224	65	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	253	100	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	590	860	-	-
Santa Fé Energia S.A.	(i)	327	285	-	-
Serra da Mangabeira S.A.	(i)	158	-	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	(i)	228	-	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	(i)	203	-	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	(ii)	40	5	40	5
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	351	257	351	257
Statkraft AS	(ii)	168	103	168	103
NSL Tidong Power Generation	(ii)	13	10	13	10
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	(ii)	179	77	179	77
		<u>8.753</u>	<u>5.559</u>	<u>1.223</u>	<u>883</u>

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	
Dividendos a receber:					
Esmeralda S.A.	5.321	4.809	-	-	
Macaúbas Energética S.A.	669	1.184	-	-	
Monel Monjolinho Energética S.A.	-	1.635	-	-	
Moinho S.A.	473	-	-	-	
Novo Horizonte Energética S.A.	1.569	1.555	-	-	
Passos Maia Energética S.A.	3.604	1.494	3.604	1.494	
Seabra Energética S.A.	1.508	1.712	-	-	
Santa Laura S.A.	3.200	2.720	-	-	
Santa Rosa S.A.	7.436	7.030	-	-	
Santa Fé Energia S.A.	5.459	5.173	-	-	
	<u>29.239</u>	<u>27.312</u>	<u>3.604</u>	<u>1.494</u>	
Ativo não circulante					
Mútuos:					
Energen Energias Renováveis S.A.	(iii)	180	180	-	-
Água Quente Ltda.	(iv)	5.027	4.421	5.027	4.421
Bom Retiro S.A.	(iv)	3.622	2.401	3.622	2.401
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v)	(8.649)	(6.822)	(8.649)	(6.822)
		180	180	-	-
Total do Ativo		<u>38.172</u>	<u>33.051</u>	<u>4.827</u>	<u>2.377</u>
Passivo circulante					
Partes relacionadas:					
Statkraft AS	(vi)	214	239	1.251	239
Macaúbas Energética S.A.	(viii)	5	-	-	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ix)	2.851	3	2.851	3
Statkraft investimentos Ltda.	(vii)	54.870	54.136	54.870	54.134
		<u>57.940</u>	<u>54.378</u>	<u>58.972</u>	<u>54.376</u>
Dividendos a pagar:					
Statkraft investimentos Ltda.		2.298	1.747	2.298	1.747
FUNCEF		528	402	528	402
Total dividendos a pagar		<u>2.826</u>	<u>2.149</u>	<u>2.826</u>	<u>2.149</u>
Total do Passivo		<u>60.766</u>	<u>56.527</u>	<u>61.798</u>	<u>56.525</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior.
- (iii) Saldo a receber de venda de créditos tributários pela controladora às suas subsidiárias conforme previsão do Programa de Regularização Tributária.
- (iv) Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro, com prazo indeterminado e juros vinculados aos índices de IPCA e IGPM, respectivamente.
- (v) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro.
- (vi) Saldos a pagar referente serviços tomados de partes relacionadas no exterior.

- (vii) Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017, com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI e saldo a pagar de garantias financeiras tomadas.
- (viii) Saldo a pagar referente a prestação de serviços compartilhados com partes relacionadas no Brasil.
- (ix) Saldo a pagar referente a operações de compra de energia para hedge comercial.

A seguir, as transações ocorridas no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<u>Receita de serviços com partes relacionadas</u>				
Energen S.A.	1.341	856	-	-
Esmeralda S.A.	880	1.228	-	-
Macaúbas Energética S.A.	2.936	1.056	-	-
Moinho S.A.	768	1.068	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	-	1.848	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	2.549	868	-	-
Oslo I S.A.	196	-	-	-
Oslo II S.A.	138	-	-	-
Oslo III S.A.	594	-	-	-
Oslo IV S.A.	156	-	-	-
Oslo V S.A.	124	-	-	-
Oslo VI S.A.	123	-	-	-
Oslo VII S.A.	51	-	-	-
Oslo VIII S.A.	120	-	-	-
Oslo IX S.A.	116	-	-	-
Oslo X S.A.	140	-	-	-
Passos Maia Energética S.A.	879	1.172	879	1.172
Santa Fé Energia S.A.	1.868	635	-	-
Santa Laura S.A.	784	1.071	-	-
Santa Rosa S.A.	1.059	1.469	-	-
Seabra Energética S.A.	2.542	908	-	-
Serra da Mangabeira S.A.	105	-	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	228	-	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	203	-	-	-
Statkraft Investimentos Ltda.	86	156	86	156
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	-	615	-	614
Statkraft AS	86	195	86	195
NSL Tidong Power Generation	4	-	4	-
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda.	177	56	177	56
	<u>18.253</u>	<u>13.201</u>	<u>1.232</u>	<u>1.923</u>

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$9.246 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e R\$7.770 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

<u>Outras participações</u>	<u>Participação %</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	35.282	53.289
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	5.194	7.538
		<u>40.476</u>	<u>60.827</u>

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. Este investimento encontra-se atualmente em fase pré-operacional, sem previsão para início das operações. Os valores justos mensurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são zero.

Nos anos de 2020 e 2019, foram recebidos dividendos dos investimentos acima nos montantes de R\$5.026 e R\$4.314 respectivamente e reconhecidos no resultado de cada exercício.

A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1 de janeiro de 2019	48.686
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>12.141</u>
Em 31 de dezembro de 2019	60.827
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>(20.351)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>40.476</u>

(*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 13.432 negativo (em 31 de dezembro de 2019, R\$8.013 positivo).

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	Resultado de equivalência patrimonial								31.12.2020	
	31.12.2019	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados	Incorporação de investida (iii)		Outras movimentações em Investimentos (ii)
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	27.198	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	48.714
Total consolidado	27.198	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	48.714
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	30.739	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	52.255
Energen Energias Renováveis S.A.	106.608	(1.540)	(57)	-	-	-	-	-	-	105.011
Esmeralda S.A.	41.620	21.283	12	-	-	-	(24.512)	-	-	38.403
Macaúbas Energética S.A.	58.766	2.819	(60)	-	57.000	(5.000)	(12.085)	-	-	101.440
Moinho S.A.	46.373	1.990	42	-	28.000	-	(4.773)	-	-	71.632
Monel Monjolinho Energética S.A.	103.990	11.503	61	-	71.000	-	(4.865)	(181.689)	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	48.242	6.607	(68)	-	49.500	(10.000)	(7.714)	-	-	86.567
Oslo I S.A.	20	(1.473)	-	-	72.185	-	-	-	550	71.282
Oslo II S.A.	20	(1.370)	-	-	40.691	-	-	-	336	39.677
Oslo III S.A.	20	(2.654)	-	-	114.595	-	-	-	5.663	117.625
Oslo IV S.A.	20	(1.665)	-	-	8.443	-	-	-	569	7.367
Oslo V S.A.	20	(1.682)	-	-	8.332	-	-	-	694	7.364
Oslo VI S.A.	20	(1.144)	-	-	4.801	-	-	-	373	4.050
Oslo VII S.A.	20	(97)	-	-	75	-	-	-	50	47
Oslo VIII S.A.	20	(951)	-	-	29.262	-	-	-	285	28.616
Oslo IX S.A.	20	(1.014)	-	-	6.152	-	-	-	413	5.571
Oslo X S.A.	20	(1.254)	-	-	6.272	-	-	-	390	5.428
Santa Fé Energia S.A.	292.426	22.982	-	(11.179)	-	-	(16.285)	-	-	287.944
Santa Laura S.A.	37.754	13.474	16	-	-	-	(12.980)	-	-	38.264
Santa Rosa S.A.	82.315	31.308	80	-	-	-	(32.406)	-	-	81.297
Seabra Energética S.A.	48.712	6.348	(51)	-	49.500	(10.000)	(8.396)	-	-	86.113
Serra da Mangabeira S.A.	-	(2.780)	-	-	10.463	-	-	-	1.777	9.460
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	303	(309)	-	-	65	-	-	-	50	109
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(484)	-	-	435	-	-	-	49	-
Total controladora	898.048	115.074	(25)	(11.179)	576.772	(31.000)	(131.677)	(181.689)	11.199	1.245.523

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.
- (ii) Adiantamento para futuro aumento de capital destinado a investidas no montante de R\$11.625 no período e reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino no montante de (R\$426).
- (iii) Saldo referente ao patrimônio líquido da investida Monel líquido de lucros não realizados conforme incorporação ocorrida em 04 de setembro de 2020 (nota explicativa 12.1).

	Resultado de equivalência patrimonial						Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Outras movimentações em Investimentos (iv)	31.12.2019	
	31.12.2018	Aquisição de controladas (iii)	Redução de capital de investida	Dividendos destinados	Incorporação de investida (ii)	Aporte de capital					Resultado do exercício
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	26.451	-	-	(5.544)	-	-	6.291	-	-	-	27.198
Total consolidado	26.451	-	-	(5.544)	-	-	6.291	-	-	-	27.198
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	29.992	-	-	(5.544)	-	-	6.291	-	-	-	30.739
Ergen Energias Renováveis S.A.	104.248	-	-	-	-	-	2.417	(57)	-	-	106.608
Esmeralda S.A.	47.720	-	-	(25.344)	-	-	19.235	12	-	(3)	41.620
Macaúbas Energética S.A.	57.278	-	-	(3.438)	-	-	4.986	(60)	-	-	58.766
Moinho S.A.	45.940	-	-	-	-	-	(606)	42	-	997	46.373
Monel Monjolinho Energética S.A.	120.003	-	(14.000)	(8.987)	-	-	6.882	92	-	-	103.990
Novo Horizonte Energética S.A.	48.898	-	-	(7.136)	-	-	6.548	(68)	-	-	48.242
Oslo I S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo II S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo III S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo IV S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo V S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo VI S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo VII S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo VIII S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo IX S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo X S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Santa Laura S.A.	39.671	-	-	(13.387)	-	-	11.454	16	-	-	37.754
Santa Rosa S.A.	83.655	-	-	(31.020)	-	-	29.600	80	-	-	82.315
Seabra Energética S.A.	48.901	-	-	(7.346)	-	-	7.208	(51)	-	-	48.712
Santa Fé Energia S.A.	313.626	-	-	(34.296)	-	-	21.781	-	(9.792)	1.107	292.426
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.	467.934	-	-	-	(501.433)	-	38.153	-	(4.654)	-	-
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	-	1.054	-	-	-	80	(831)	-	-	-	303
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	817	-	-	-	216	(1.411)	-	-	378	-
Total controladora	1.407.866	1.871	(14.000)	(136.498)	(501.433)	496	151.707	6	(14.446)	2.479	898.048

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.
- (ii) Incorporação da investida Tamar PCH conforme descrito na nota explicativa nº 1.
- (iii) Em 8 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação nas empresas Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. O tratamento contábil dessa transação foi considerado como aquisição de um ativo, registrando assim o investimento no valor de livros contábeis e o valor justo alocado no intangível, vide nota nº 14. No final do exercício de 2019 a controlada Ventos de São Vitorino apurou um saldo negativo de patrimônio líquido no total de R\$378, o qual caracterizou a constituição de uma provisão para passivo à descoberto na Companhia no montante mencionado.
- (iv) Compreende o saldo de R\$808 referente à ajustes do valor da contraprestação na aquisição das empresas Santa Fé e o respectivo ágio no montante de R\$281, além da atualização financeira sobre o preço de compra no montante e R\$18. Adicionalmente temos outras movimentações em investimentos das controladas Moinho e Esmeralda.

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2020	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	109.012	5.369	105.183	(1.540)	-	(1.598)
Esmeralda S.A.	100	45.948	2.144	22.520	21.285	-	21.295
Macaúbas Energética S.A.	100	106.105	5.422	97.865	2.819	-	2.759
Moinho S.A.	100	98.346	25.571	70.786	1.990	-	2.032
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	-	-	-	-	-	11.565
Novo Horizonte Energética S.A.	100	91.388	4.877	79.904	6.607	-	6.539
Oslo I S.A.	100	72.513	1.230	72.755	(1.473)	-	(1.473)
Oslo II S.A.	100	40.500	823	41.047	(1.370)	-	(1.370)
Oslo III S.A.	100	118.828	1.203	120.279	(2.654)	-	(2.654)
Oslo IV S.A.	100	8.825	1.458	9.032	(1.665)	-	(1.665)
Oslo V S.A.	100	8.757	1.393	9.046	(1.682)	-	(1.682)
Oslo VI S.A.	100	4.874	824	5.194	(1.144)	-	(1.144)
Oslo VII S.A.	100	110	63	145	(97)	-	(97)

31 de dezembro de 2020	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Oslo VIII S.A.	100	29.308	692	29.567	(951)	-	(951)
Oslo IX S.A.	100	6.559	988	6.585	(1.014)	-	(1.014)
Oslo X S.A.	100	6.524	1.096	6.682	(1.254)	-	(1.254)
Santa Fé Energia S.A.	100	146.835	1.889	121.964	22.982	(11.179)	11.803
Santa Laura S.A.	100	44.548	2.954	28.119	13.474	-	13.490
Santa Rosa S.A.	100	91.161	1.475	58.378	31.308	-	31.388
Seabra Energética S.A.	100	91.029	4.620	80.061	6.348	-	6.297
Serra da Mangabeira S.A.	100	11.104	1.648	12.236	(2.780)	-	(2.780)
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	337	228	418	(309)	-	(309)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	165	591	59	(484)	-	(484)
Participação nos lucros de controladas							<u>88.693</u>
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	109.502	4.865	74.283	30.353	-	<u>15.177</u>
Participação nos lucros de coligadas							<u>15.177</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							<u><u>103.870</u></u>

31 de dezembro de 2019	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	110.271	5.089	102.765	2.417	-	2.360
Esmeralda S.A.	100	48.303	6.592	22.474	19.237	-	19.247
Macaúbas Energética S.A.	100	139.413	82.133	52.295	4.986	-	4.926
Moinho S.A.	100	96.362	49.277	47.692	(606)	-	(564)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	358.659	253.019	98.758	6.882	-	6.974
Novo Horizonte Energética S.A.	100	119.006	72.457	40.001	6.548	-	6.480
Oslo I S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo II S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo III S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo IV S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo V S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo VI S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo VII S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo VIII S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo IX S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo X S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Santa Laura S.A.	100	42.709	4.810	26.444	11.454	-	11.470
Santa Rosa S.A.	100	92.555	9.207	53.749	29.600	-	29.680
Seabra Energética S.A.	100	119.085	71.636	40.241	7.208	-	7.157
Santa Fé Energia S.A. (*)	100	139.749	6.958	111.010	21.781	(9.792)	11.989
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. (*)	100	-	0	-	38.153	(4.654)	33.499
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	307	4	1.581	(1.278)	-	(831)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	134	511	1.298	(1.675)	-	(1.411)
Participação nos lucros de controladas							<u>130.976</u>
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	108.130	53.734	41.814	12.581		<u>6.291</u>
Participação nos lucros de coligadas							<u>6.291</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							<u><u>137.267</u></u>

12.1. Reestruturação societária mediante incorporação de investidas

Em 16 de agosto de 2019, a investida Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. foi incorporada pela Companhia conforme aprovação nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A Companhia contratou empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data base de 30 de junho de 2019. O patrimônio líquido da Tamar PCH na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$283.847. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	94.962
Contas a receber	17.284
Tributos a recuperar	1.920
Repactuação do risco hidrológico	3.364
Imposto de renda e contribuição social diferidos	950
Imobilizado	194.017
Intangível	861
Outros ativos	2.624
Ativo total	<u>315.982</u>

PASSIVO

Fornecedores	4.713
Partes relacionadas	19
Salários e encargos sociais	439
Tributos a recolher	941
Imposto de renda e contribuição social	16.918
Dividendos a pagar	7.096
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	124
Outros passivos	1.885
Passivo total	<u>32.135</u>

Total de ativos incorporados e passivos assumidos	<u><u>283.847</u></u>
---	-----------------------

Em 04 de setembro de 2020, a investida Monel Monjolinho Energética S.A. foi incorporada à Companhia conforme laudo de avaliação de empresa independente com data base de 30 de junho de 2020. O patrimônio líquido da UHE Monel na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$183.278. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	88.920
Contas a receber	10.711
Tributos a recuperar	11.802
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.596
Imobilizado	207.145
Intangível	31.258
Outros ativos	534
Ativo total	<u>362.966</u>

PASSIVO

Fornecedores	79.945
Concessões a pagar	85.255
Salários e encargos sociais	187
Tributos a recolher	385
Imposto de renda e contribuição social	8.072
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	191
Outros passivos	5.653
Passivo total	<u>179.688</u>
Total de ativos incorporados e passivos assumidos	<u><u>183.278</u></u>

13. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	-	53	-	110	2.629	29	-	538	3.359
Custo histórico	-	-	77	-	116	4.552	29	-	538	5.312
Depreciação acumulada	-	-	(24)	-	(6)	(1.923)	-	-	-	(1.953)
Adições	-	-	2.792	-	-	395	44	10.936	7.954	22.121
Baixas custo	-	-	(36)	-	-	(24)	-	-	(2.169)	(2.229)
Baixas depreciação	-	-	24	-	-	9	-	-	-	33
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Transferências custo	-	78	437	-	(1)	33	25	-	(572)	-
Transferências depreciação	-	(25)	24	-	-	1	-	-	-	-
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627
Incorporação de controlada custo	1.206	117.945	128.074	1.906	1.129	5.940	20.628	-	11.567	288.395
Incorporação de controlada dep. acumulada	(26)	(37.474)	(45.018)	(625)	(679)	(2.393)	(7.371)	-	-	(93.586)
Amortização Mais-Valia	(316)	(5.873)	(13.474)	(115)	(11)	(299)	(1.296)	-	-	(21.384)
Depreciação	-	(965)	(1.877)	(26)	(57)	(716)	(191)	(1.461)	-	(5.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.251	119.675	168.698	1.972	560	7.605	24.489	9.475	17.283	353.008
Custo histórico	1.206	118.023	131.344	1.906	1.244	10.896	20.726	10.936	17.283	313.564
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627
Depreciação acumulada	(26)	(38.464)	(46.871)	(651)	(742)	(5.022)	(7.562)	(1.461)	-	(100.799)
Amortização de mais valia	(316)	(5.873)	(13.474)	(115)	(11)	(299)	(1.296)	-	-	(21.384)
Adições	-	-	974	-	-	3.651	7.523	2.444	7.755	22.347
Baixas custo	-	(393)	(144)	-	-	(606)	(26)	-	(2.037)	(3.206)
Baixas depreciação	-	198	77	-	-	517	14	-	-	806
Transferências custo	-	238	802	-	-	95	311	-	(1.446)	-
Transferências depreciação	-	(91)	104	-	-	(13)	-	-	-	-
Transferências intangível	(68)	-	-	-	-	-	-	-	(138)	(206)
Incorporação de controlada custo	5.216	247.133	61.048	57	14	738	14.110	183	335	328.834
Incorporação de controlada dep. acumulada	(1.810)	(91.667)	(24.113)	(8)	(14)	(310)	(5.298)	(103)	-	(123.323)
Amortização Mais-Valia	(317)	(7.145)	(13.478)	(114)	(10)	(301)	(1.966)	-	-	(23.331)
Depreciação	(1)	(3.263)	(6.029)	(69)	(121)	(800)	(810)	(1.796)	-	(12.889)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.271	232.005	187.939	1.838	429	10.576	38.347	10.203	21.752	509.360
Custo histórico	6.347	365.001	194.024	1.963	1.258	14.774	42.644	13.563	21.752	661.326
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627
Depreciação acumulada	(1.830)	(133.287)	(76.832)	(728)	(877)	(5.628)	(13.656)	(3.360)	-	(236.198)
Amortização de mais valia	(633)	(13.018)	(26.952)	(229)	(21)	(600)	(3.262)	-	-	(44.715)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Taxa média depreciação anual %	3,93%	3,23%	7,45%	7,00%	14,43%	9,28%	6,05%	15,54%	-	-

	Consolidado										
	Terrenos	Reservatório, Barragens e Aduadoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	15.076	564.304	376.906	16.587	378.975	887	11.554	84.613	-	19.547	1.468.449
Custo histórico	20.666	720.371	462.254	19.732	561.574	906	14.945	104.567	-	19.547	1.924.562
Depreciação acumulada	(4.911)	(156.067)	(85.269)	(2.897)	(164.457)	(19)	(3.391)	(19.946)	-	-	(436.957)
Redução do valor recuperável dos ativos (*)	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(19.156)
Adições	10	-	3.534	-	-	-	454	146	14.761	19.264	38.169
Aquisição de controladas	-	-	1.172	-	-	-	-	-	-	-	1.172
Alocação de mais valia de controladas	5.435	(60.347)	(4.678)	(393)	-	(173)	257	(9.605)	-	8.434	(61.070)
Baixas custo	-	-	(1.293)	-	(162)	-	(27)	-	-	(5.435)	(6.917)
Baixas depreciação	-	-	80	-	79	-	9	-	-	-	168
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	839	839
Transferências custo	-	-	2.157	1.447	-	-	477	40	-	(4.121)	-
Amortização Mais-Valia	(552)	(7.966)	(14.793)	(257)	-	(11)	(309)	(1.417)	-	-	(25.305)
Depreciação	(533)	(18.587)	(14.240)	(721)	(31.927)	(135)	(1.386)	(2.646)	(2.003)	-	(72.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.436	477.404	348.845	16.663	346.965	568	11.029	71.131	12.758	38.528	1.343.327
Custo histórico	20.702	641.568	402.143	19.760	561.410	1.271	16.271	90.980	14.761	38.528	1.807.394
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.731	2.675	-	69	2.157	14.185	-	-	212.283
Depreciação acumulada	(5.470)	(229.229)	(153.157)	(5.267)	(196.303)	(761)	(7.090)	(32.609)	(2.003)	-	(631.889)
Amortização de mais valia	(552)	(7.966)	(14.793)	(257)	-	(11)	(309)	(1.417)	-	-	(25.305)
Redução do valor recuperável dos ativos (*)	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(19.156)
Adições (**)	-	208	2.008	-	-	-	2.783	7.523	3.764	328.276	344.562
Baixas custo	-	(3.116)	(272)	(87)	-	-	(606)	(93)	-	(5.599)	(9.773)
Baixas depreciação	-	775	112	33	-	-	517	42	-	-	1.479
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(139)	(139)
Transferências custo	-	1.297	1.537	(213)	-	-	165	914	-	(3.700)	-
Transferências depreciação	-	(91)	(367)	90	-	-	458	(90)	-	-	-
Amortização Mais-Valia	(553)	(10.565)	(14.799)	(258)	-	(10)	(311)	(2.130)	-	-	(28.626)
Depreciação	(28)	(7.492)	(10.899)	(670)	(31.927)	(123)	(1.155)	(1.686)	(2.355)	-	(56.335)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.855	425.740	326.165	15.558	315.038	435	12.880	75.611	14.167	357.366	1.561.815
Custo histórico	20.702	639.957	405.416	19.460	561.410	1.271	18.613	99.324	18.525	357.366	2.142.044
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.731	2.675	-	69	2.157	14.185	-	-	212.283
Depreciação acumulada	(5.498)	(236.037)	(164.311)	(5.814)	(228.230)	(884)	(7.270)	(34.343)	(4.358)	-	(686.745)
Amortização de mais valia	(1.105)	(18.531)	(29.592)	(515)	-	(21)	(620)	(3.547)	-	-	(53.931)
Redução do valor recuperável dos ativos (*)	(679)	(32.680)	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(51.836)

(*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por "impairment" no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2020, foram identificados indicativos de redução do valor recuperável sobre o túnel de adução da planta São João, sobre o qual foi realizada provisão para perda no montante de R\$32.680.

(**) As adições no período têm como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico conforme mencionado na nota explicativa nº1.

Abaixo é apresentada a taxa média anual de depreciação conforme alteração da estimativa da vida útil de ativos mencionada na nota explicativa nº 3.1 a):

Grupo DF	Taxa Média Ponderada
Aerogeradores	5,46%
Direito de Softwares	19,89%
Edifícios	3,58%
Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	5,31%
Linhas de transmissão	4,29%
Móveis e utensílios	8,85%
Outros Intangíveis	5,29%
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,79%
Terrenos	1,56%
Uso do bem público	4,15%
Veículos	14,43%

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
UEE Energen	3.354	3.227
UEE Macaúbas	2.768	2.662
UEE Novo Horizonte	2.372	2.283
UEE Seabra	2.372	2.283
Total	10.866	10.455

14. INTANGÍVEL

	Controladora					Total
	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em Desenvolvimento	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	641	-	-	-	-	641
Custo histórico	724	-	-	-	-	724
Amortização acumulada	(83)	-	-	-	-	(83)
Adições	460	-	-	-	129.994	130.454
Transferência Imobilizado	35	-	-	-	-	35
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas custo	(839)	-	-	-	-	(839)

	Controladora					Total
	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em Desenvolvimento	
Baixas amortização	763	-	-	-	-	763
Ajuste de mais valia de incorporada	166	75.791	-	-	-	75.957
Incorporação de controlada custo	2.881	-	6.020	142	-	9.043
Incorporação de controlada amort. acumulada	(2.151)	-	(5.385)	(16)	-	(7.552)
Amortização Mais-Valia	(25)	(11.434)	-	-	-	(11.459)
Amortização	(193)	-	(37)	-	-	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.738	64.357	598	126	129.994	196.813
Custo histórico	3.261	-	6.020	142	129.994	139.417
Mais valia de intangível	166	75.791	-	-	-	75.957
Amortização acumulada	(1.664)	-	(5.422)	(16)	-	(7.102)
Amortização de mais valia	(25)	(11.434)	-	-	-	(11.459)
Adições	291	-	-	3	-	294
Transferência Imobilizado	138	-	-	68	-	206
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas custo	(1)	-	-	-	-	(1)
Baixas amortização	-	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada custo	756	-	50.990	564	-	52.310
Incorporação de controlada amort. acumulada	(299)	-	(20.566)	(187)	-	(21.052)
Amortização Mais-Valia	(31)	(11.660)	-	-	-	(11.691)
Amortização	(425)	-	(694)	(6)	-	(1.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.167	52.697	30.328	568	129.994	215.754
Custo histórico	4.445	-	57.010	784	129.994	192.233
Mais valia de intangível	166	75.791	-	-	-	75.957
Amortização acumulada	(2.388)	-	(26.682)	(216)	-	(29.286)
Amortização de mais valia	(56)	(23.094)	-	-	-	(23.150)

	Consolidado					Total
	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	6.567	46.314	76.419	34.116	10.815	174.231
Custo histórico	10.740	3.541	-	57.010	33.719	105.010
Mais valia de intangível	283	42.773	76.419	-	(1.029)	118.446
Amortização acumulada	(4.456)	-	-	(22.894)	(21.875)	(49.225)
Adições	1.396	-	-	-	129.994	131.390
Aquisição de controladas	-	-	-	-	207	207
Ajuste mais valia de controladas	(123)	281	74.918	-	1.463	76.539
Transferência Imobilizado	147	-	-	-	(986)	(839)
Baixas custo	(3.012)	-	-	-	(29.471)	(32.483)
Baixas amortização	2.480	-	-	-	21.554	24.034
Amortização Mais-Valia	(25)	-	(17.270)	-	(46)	(17.341)
Amortização	(1.473)	-	-	(1.918)	(334)	(3.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.957	46.595	134.067	32.198	133.196	352.013
Custo histórico	9.271	3.541	-	57.010	133.463	203.285
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	194.985
Amortização acumulada	(3.449)	-	-	(24.812)	(655)	(28.916)
Amortização de mais valia	(25)	-	(17.270)	-	(46)	(17.341)
Adições	456	-	-	-	-	456
Transferência Imobilizado	139	-	-	-	-	139
Baixas custo	(1)	-	-	-	-	(1)
Baixas amortização	-	-	-	-	-	-
Amortização Mais-Valia	(31)	-	(17.498)	-	(44)	(17.573)
Amortização	(1.591)	-	-	(1.870)	(134)	(3.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.929	46.595	116.569	30.328	133.018	331.439
Custo histórico	9.865	3.541	-	57.010	133.463	203.879
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	194.985
Amortização acumulada	(5.040)	-	-	(26.682)	(789)	(32.511)
Amortização de mais valia	(56)	-	(34.768)	-	(90)	(34.914)

14.1. Aquisições do ativo intangível

Em decorrência da aquisição das empresas Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. em 2019, cujo tratamento contábil foi considerado como aquisição de ativo, foi registrado como intangível o valor justo pago na transação considerando os projetos eólicos vigentes em desenvolvimento pertencentes às investidas (vide nota explicativa nº 1). Abaixo estão representados os valores incorporados no intangível na data da transação:

	<u>Valor justo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Aquisição intangível</u>
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	83.914	1.054	82.860
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	<u>47.951</u>	<u>817</u>	<u>47.134</u>
	<u>131.865</u>	<u>1.871</u>	<u>129.994</u>

14.2. Teste de impairment para ágio

No cenário do teste de *impairment* realizado, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa as entidades legais referentes às suas controladas e coligadas, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$46.595 é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

Passos Maia S.A.	3.541
Santa Fé Energia S.A.	<u>43.054</u>
	<u>46.595</u>

O valor recuperável das UGC's foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização. Os fluxos de caixa foram projetados com base numa taxa de crescimento estipulada conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	15.497
Custo da venda de propriedade para investimento	(374)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.123
Reversão de valor recuperável	<u>3.969</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>19.092</u>

Em 2020, a Companhia contratou uma empresa especializada independente a fim de avaliar o valor recuperável de suas propriedades para investimento. A partir desse estudo, e em conformidade com as normas vigentes, a Companhia identificou que R\$3.969 poderiam ser revertidos do montante reconhecido como perda de valor recuperável (“impairment”).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores de materiais e serviços	7.505	9.124	10.028	10.715
Mercado de curto prazo a pagar	-	869	-	1.707
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	95.421	-	112.603	90.688
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	1.378	872
	<u>102.926</u>	<u>9.993</u>	<u>124.009</u>	<u>103.982</u>

Conforme mencionado no contexto operacional (nota explicativa nº 1.4), as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho perderam a proteção pelas liminares do GSF, tendo os saldos devidos de fevereiro de 2018 em diante liquidados em 11 de dezembro de 2018.

17. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPE's ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Financiamento de obras - BNDES (a)	-	-	-	115.128
Financiamento de obras - BNB (b)	-	-	-	204.282
Empréstimos(c)	406.215	-	406.215	-
Debêntures (d)	228.233	227.690	228.233	227.690
Total	<u>634.448</u>	<u>227.690</u>	<u>634.448</u>	<u>547.100</u>

Apresentados como:

Passivo circulante	82.413	6.027	82.413	35.382
Passivo não circulante	552.035	221.663	552.035	511.718

a. Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros % a.a.		
			31.12.2020	31.12.2019
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	-	85.758
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	-	29.370
Total			<u>-</u>	<u>115.128</u>

Os financiamentos das subsidiárias Monel e Moinho foram quitados em sua totalidade nas datas de 28 de fevereiro de 2020 e 02 de março de 2020, respectivamente.

b. Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

Empresas	Vencimento	Encargos	31.12.2020	31.12.2019
		financeiros % a.a. (*)		
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	-	74.548
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	-	65.313
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	-	64.421
Total				204.282

(*) O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Os financiamentos das subsidiárias Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte foram quitados em sua totalidade na data de 28 de fevereiro de 2020.

c. Empréstimos

c.1) Gerenciamento de dívida

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto ao BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5 semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7 para 31 de dezembro de 2020 (1,2 em 31 de dezembro de 2019). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

c.2) Empréstimo ponte para construção

Em 08 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$ 145.000 através do aditamento do contrato constante do item C.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 3,79% a.a. e condições de amortização do principal em 08 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 08 de dezembro de 2020 e encerrando em 08 de junho de 2022.

d. Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado através da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7 para 31 de dezembro de 2020 (1,2 em 31 de dezembro de 2019), ou seja está adimplente para os referidos exercícios.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2019	606.120
Pagamento de principal	(59.841)
Pagamento de encargos	(41.847)
Custos e encargos apropriados no resultado	42.668
Em 31 de dezembro de 2019	<u>547.100</u>
Contratação de empréstimo ponte	400.000
Pagamento de principal	(318.799)
Pagamento de encargos	(22.789)
Custos e encargos apropriados no resultado	28.936
Em 31 de dezembro de 2020	<u>634.448</u>
	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2019	257.203
Pagamento de principal	(30.000)
Pagamento de encargos	(17.573)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	18.060
Em 31 de dezembro de 2019	<u>227.690</u>
Contratação de empréstimo ponte	400.000
Pagamento de encargos	(18.654)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	25.412
Em 31 de dezembro 2020	<u>634.448</u>

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 31 de Dezembro de 2020</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Statkraft Energias Renováveis S.A.	<u>221.017</u>	<u>178.017</u>	<u>102.000</u>	<u>51.000</u>	<u>552.035</u>
	<u>221.017</u>	<u>178.017</u>	<u>102.000</u>	<u>51.000</u>	<u>552.035</u>

18. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

O saldo proveniente da aquisição da incorporada Tamar compreende a outorga concedida às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$647. Em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, a Companhia recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2019	<u>79.314</u>
Pagamentos realizados	(9.755)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>10.726</u>
Em 31 de dezembro de 2019	80.285
Pagamentos realizados	(9.373)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>25.675</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>96.587</u>
Apresentados como:	
Passivo circulante	11.537
Passivo não circulante	85.050

19. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
PIS a recolher	194	149	365	869
COFINS a recolher	900	692	1.681	4.009
ISS a recolher	5	-	40	-
Tributos retidos a recolher	502	250	1.253	499
Tributos sobre importação	107	122	638	122
IOF a recolher	11	-	11	-
Outros tributos a recolher	148	36	393	200
Total	1.867	1.249	4.381	5.699
Apresentados como:				
Passivo circulante	1.867	1.249	4.032	4.674
Passivo não circulante	-	-	349	1.025

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para compensação ambiental	3.002	-	3.779	1.149
P&D (ANEEL) a pagar	3.465	1.179	3.465	3.212
Garantias financeiras prestadas	1.375	-	1.375	-
Outras contas a pagar	1.749	1.804	2.485	5.078
Total	9.591	2.983	11.104	9.439
Apresentados como:				
Passivo circulante	7.170	2.360	8.683	6.744
Passivo não circulante	2.421	623	2.421	2.695

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 218.370.694 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (218.370.694 em 31 de dezembro de 2019) e distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do Capital Social
Statkraft Investimentos Ltda.	177.552.601	81,31
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais	40.818.093	18,69
	218.370.694	100,00

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios pode ser assim demonstrado:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Lucro líquido do exercício	59.504	45.236
Constituição da reserva legal	<u>(2.975)</u>	<u>(2.261)</u>
Base de cálculo	56.529	42.975
Dividendo mínimo - %	5	5
Dividendos mínimos obrigatórios destinados	<u>2.826</u>	<u>2.149</u>
Dividendos propostos por ação	<u>12,94</u>	<u>9,84</u>

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado</u> <u>31.12.2020</u>
Em 1º de janeiro de 2019	<u>17.725</u>
Pagamento de dividendos	(17.725)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>2.149</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.149</u>
Pagamento de dividendos	(2.149)
Dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos	<u>2.826</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>2.826</u>

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Reserva legal (i)	9.388
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>148.648</u>
Total	<u>158.036</u>

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício para suportar investimentos futuros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

22. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - “Receita de Contrato” com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Prestação de serviços	12.265	8.646	579	936
Tributos sobre a prestação de serviços	<u>(1.450)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>(130)</u>	<u>(110)</u>
	10.815	7.630	449	826
Contrato de Energia de Reserva (CER)	-	-	90.658	98.446
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	34.394	791	135.254	136.835
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	-	-	98.361	97.133
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	90.747	11.855	113.042	52.071
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	75.374	26.925	75.374	82.783
Tributos sobre a venda de energia elétrica	<u>(20.346)</u>	<u>(4.099)</u>	<u>(35.958)</u>	<u>(30.024)</u>
	180.169	35.472	476.731	437.244
Receita líquida	<u>190.984</u>	<u>43.102</u>	<u>477.180</u>	<u>438.070</u>

Outras informações contratuais são apresentadas na nota de contexto operacional destas demonstrações financeiras.

23. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(59.998)	(6.224)	(94.634)	(66.344)
Depreciação e amortização	(46.127)	(31.652)	(103.220)	(114.364)
Salários e encargos sociais	(4.670)	(4.113)	(4.335)	(4.867)
Encargos setoriais	(5.151)	-	(16.334)	(13.702)
Seguros fianças e comissões	(2.606)	(1.212)	(10.118)	(9.629)
Serviços de terceiros	(29)	(220)	(8.750)	(8.523)
Outros	(11)	(2)	(916)	(1.413)
	<u>(118.592)</u>	<u>(43.423)</u>	<u>(238.307)</u>	<u>(218.842)</u>

b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Serviços de terceiros	(12.477)	(10.055)	(20.495)	(21.327)
Salários e encargos sociais	(20.080)	(13.742)	(33.153)	(24.468)
Remuneração dos administradores	(9.246)	(7.770)	(9.246)	(7.770)
Encargos setoriais	(2.421)	(1.472)	(5.710)	(7.819)
Viagens e estadias	(911)	(2.950)	(1.381)	(3.474)
Aluguel	(1.124)	(1.132)	(1.633)	(1.333)
Impostos e taxas	(442)	(1.660)	(1.760)	(2.036)
Participação nos Resultados	(1.931)	(2.357)	(2.211)	(1.958)
Propaganda e publicidade	(483)	(571)	(857)	(1.056)
Depreciação e amortização	(2.909)	(2.057)	(2.909)	(2.057)
Estudos em desenvolvimento	(3.474)	(14.413)	(16.028)	(15.140)
Materiais	(263)	(678)	(3.048)	(1.233)
Outros	(1.138)	(2.296)	(3.458)	(5.114)
	<u>(56.899)</u>	<u>(61.153)</u>	<u>(101.889)</u>	<u>(94.785)</u>

c) Outras (Despesas) Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucros cessantes e danos materiais	59	-	3.565	2.611
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	949	(21.966)	827	(22.695)
Perdas com baixa de imobilizado	(379)	(188)	(2.553)	(2.368)
Reversão de provisão para perda em ativos	3.969	-	3.969	-
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	(32.680)	-	(32.680)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(320)	10	(344)	82
	<u>(28.402)</u>	<u>(22.144)</u>	<u>(27.216)</u>	<u>(22.370)</u>

A apuração de IRPJ e CSLL para as controladas optantes pelo lucro presumido pode ser assim apresentada:

	Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Base de cálculo presumido	269.770	240.790	269.770	240.790
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	21.582	19.263	32.372	28.895
Outras receitas	3.508	10.269	3.508	10.269
Base de Cálculo	25.090	29.532	35.880	39.164
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(6.272)	(7.383)	(3.229)	(3.525)
Outros efeitos em tributos	504	878	268	472
Dedução adicional IRPJ	216	216	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(5.552)	(6.289)	(2.961)	(3.053)

A apuração de IRPJ e CSLL para a controladora e controlada optantes pelo lucro real pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	57.021	39.152	57.021	39.152
Equivalência patrimonial	(103.870)	(137.267)	(15.177)	(6.291)
Outras adições (Exclusões) permanentes ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	(3.146)	(7.180)	(3.029)	(2.896)
Outras Adições (Exclusões) temporárias ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	4.861	32.262	(14.617)	44.846
Base de cálculo bruta tributável ao regime de lucro real	(45.134)	(73.032)	24.198	74.811
Compensação por prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de cálculo líquida de compensação	(45.134)	(73.032)	24.198	74.811
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social corrente às alíquotas da legislação	-	-	(8.227)	(25.436)
Dedução adicional imposto de renda corrente	-	-	18	40
Impostos incorridos em períodos anteriores	-	-	-	-
Impostos Correntes	-	-	(8.209)	(25.396)
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	(1.134)	4.128	(1.134)	4.128
Impostos diferidos sobre demais diferenças temporárias	4.747	2.452	4.676	2.452
Impostos diferidos sem perspectiva de realização	(950)	(772)	(950)	(1)
Impostos diferidos	2.663	5.808	2.592	6.579
Total de encargos no resultado do exercício	2.663	5.808	(5.617)	(18.817)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social				
Lucro real	2.663	5.808	(5.617)	(18.817)
Lucro presumido	-	-	(8.513)	(9.342)
Total de encargos no exercício	2.663	5.808	(14.130)	(28.159)

b) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de variação do valor justo financeiros e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(35.925)	(40.601)	(35.925)	(40.601)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos	(11.411)	(18.330)	(11.411)	(18.330)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	12.596	950	12.596	13.726
Prejuízos fiscais recuperáveis	17.196	18.330	17.196	18.330
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	(17.544)	(39.651)	(17.544)	(26.875)

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, a Companhia apresenta os saldos de impostos diferidos passivos líquidos dos saldos de impostos diferidos ativos, exceto se não tiver o direito legal executável para compensação ou se a realização dos ativos e passivos não for simultânea. A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, o qual serviu de base para o reconhecimento dos saldos acima apresentados.

A expectativa de realização do total de impostos diferidos nas controladas se estende até o prazo de cada concessão ou autorização, e na controladora no período de 2020 a 2025, cujas diferenças temporárias são registradas com base na expectativa de lucros tributáveis futuros.

26. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Menos de 1 ano	2.733	1.848	3.796	2.819
Entre 2 e 5 anos	10.757	8.761	13.593	10.861
Mais de 5 anos	3.105	4.557	6.206	8.031
Total dos pagamentos mínimos	<u>16.595</u>	<u>15.166</u>	<u>23.595</u>	<u>21.711</u>
Encargos financeiros futuros	<u>(3.611)</u>	<u>(4.085)</u>	<u>(6.524)</u>	<u>(7.179)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>12.984</u>	<u>11.081</u>	<u>17.071</u>	<u>14.532</u>
Apresentados como:				
Circulante	2.733	1.848	3.796	2.819
Não circulante	10.251	9.233	13.275	11.713

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 13 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	40	1.106	-	1.146	2.747	1.106	1.092	4.945
Adições	-	10.179	-	10.179	-	10.179	-	10.179
Amortização	(2)	(1.459)	-	(1.461)	(174)	(1.459)	(370)	(2.003)
Remensuração de ativos	-	(389)	-	(389)	14	(389)	13	(362)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>38</u>	<u>9.437</u>	<u>-</u>	<u>9.475</u>	<u>2.586</u>	<u>9.437</u>	<u>735</u>	<u>12.758</u>
Adições	-	-	2.327	2.327	-	-	3.648	3.648
Amortização	(1)	(1.670)	(125)	(1.796)	(174)	(1.670)	(511)	(2.355)
Remensuração de ativos	-	117	-	117	-	116	-	116
Incorporação de controlada custo	-	-	183	183	-	-	-	-
Incorporação de controlada amortização acumulada	-	-	(103)	(103)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>37</u>	<u>7.884</u>	<u>2.282</u>	<u>10.203</u>	<u>2.412</u>	<u>7.883</u>	<u>3.872</u>	<u>14.167</u>

27. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2021.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização apresentados abaixo:

Lucros cessantes	478.788
Danos materiais	<u>2.556.532</u>
	<u>3.035.320</u>

c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a Companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$ 22.355.

d) Seguro “Performance Bond”

Em janeiro de 2020, a Companhia contratou Seguro Garantia na modalidade de Construtor, como garantia de indenização, até o valor de R\$75.000, dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador (Statkraft), referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 04/2019-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/04/2025, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures emitidas pelo Grupo indexadas à CDI. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois os mesmos estão expostos à juros pré-fixados.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente, a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
		Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020:					
Fornecedores nacionais	102.926	124.009	-	-	-
Financiamentos	82.413	82.413	501.035	51.000	-
Partes relacionadas	57.940	58.972	-	-	-
Concessões a pagar	11.537	11.537	35.177	26.893	22.980
Dividendos a pagar	2.826	2.826	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.866
Em 31 de dezembro de 2019:					
Fornecedores nacionais	9.993	103.982	-	-	-
Financiamentos	6.027	35.382	225.380	151.491	134.847
Partes relacionadas	54.378	54.376	-	-	-
Concessões a pagar	-	9.897	18.777	21.575	30.036
Dividendos a pagar	15.825	15.825	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.455

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento do Grupo (nota explicativa nº 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco Santander S.A., na data de 08 de janeiro de 2021, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2020.

Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

Fator de risco	Valores expostos em 2020	Valores expostos em 2019	Cenário provável					
			-50%	-25%	25%	50%		
Aplicações financeiras	CDI	229.367	211.913	2.466	3.699	4.931	6.164	7.397
Aplicações financeiras restritas	CDI	-	43.818	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	CDI	(228.233)	(230.288)	(2.454)	(3.680)	(4.907)	(6.134)	(7.361)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	(115.128)	-	-	-	-	-
Impacto líquido	CDI	<u>1.134</u>	<u>(89.685)</u>	<u>12</u>	<u>18</u>	<u>24</u>	<u>30</u>	<u>37</u>
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	2,15%	4,59%	1,07%	1,61%	2,15%	2,69%	3,22%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	4,92%	6,20%	2,46%	3,69%	4,92%	6,15%	7,38%

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, financiamentos e debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda (“impairment”), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Consolidado	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
Aplicação financeira restrita	-	-	-	43.818	-	43.818
Investimentos ao valor justo (*)	-	40.476	40.476	-	60.827	60.827
Total do ativo	-	40.476	40.476	43.818	60.827	104.645

(*) A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$35.282 e R\$5.194 (R\$53.289 e R\$7.538 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>31 de dezembro de 2020</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	235.645	-	-	235.645
Contas a receber de clientes	-	64.280	-	64.280
Repactuação do risco hidrológico	-	4.552	-	4.552
Aplicação financeira restrita	-	-	-	-
Investimentos ao valor justo	-	-	40.476	40.476
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	<u>254.737</u>	<u>68.832</u>	<u>40.476</u>	<u>364.045</u>

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2019</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	219.702	-	-	219.702
Contas a receber	-	90.487	-	90.487
Repactuação do risco hidrológico	-	6.934	-	6.934
Aplicação financeira restrita	43.818	-	-	43.818
Investimentos ao valor justo	-	-	60.827	60.827
Propriedades para investimento	15.123	-	-	15.123
	<u>278.643</u>	<u>97.421</u>	<u>60.827</u>	<u>436.891</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2020</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	124.009	124.009
Financiamentos	-	634.448	634.448
Partes relacionadas	-	58.972	58.972
Concessão a pagar	-	96.587	96.587
Provisão para remoção de imobilizado	10.866	-	10.866
	<u>10.866</u>	<u>914.016</u>	<u>924.882</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2019</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	103.982	103.982
Financiamentos	-	547.100	547.100
Partes relacionadas	-	54.376	54.376
Concessão a pagar	-	80.285	80.285
Provisão para remoção de imobilizado	10.455	-	10.455
	<u>10.455</u>	<u>785.743</u>	<u>796.198</u>

29. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “Generation Scaling Factor - GSF”, o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. PCH Moinho e PCH Passos Maia saíram do MRE em julho de 2015 e regressaram em junho de 2016, já as PCHs Santa Laura e Esmeralda saíram em julho de 2016 e retornaram em julho de 2017.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorizações e concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso sua prorrogação não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que as autorizações e concessões hoje outorgadas à Companhia serão, por ocasião de seu vencimento, prorrogadas pelo poder concedente.

30. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Processos trabalhistas	874	777	874	777
Processos fiscais	5.112	6.432	5.112	6.432
Processos cíveis	24.028	31.328	32.230	36.483
	<u>30.014</u>	<u>38.537</u>	<u>38.216</u>	<u>43.692</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2019	38.537	43.692
Adição	438	346
Atualização	162	3.322
Reversão	<u>(9.123)</u>	<u>(9.144)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>30.014</u>	<u>38.216</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a Companhia e suas subsidiárias, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no estágio atual, não é possível prever o resultado final.
- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Trabalhistas	1.895	457
Fiscais	69.918	5.237
Cíveis	<u>1.537</u>	<u>1.639</u>
	<u>73.350</u>	<u>7.333</u>

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	59.504	45.236	59.504	45.236
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	218.371	218.371	218.371	218.371
Lucro por ação	<u>0,27249</u>	<u>0,20715</u>	<u>0,27249</u>	<u>0,20715</u>

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. Aporte de capital

Em 14 de janeiro de 2021, foi aprovado através de AGE o aumento do capital autorizado da Companhia no montante de R\$ 800.000. Foram subscritas 59.012.693 ações com cronograma de integralização a ser realizado no decorrer de 2021, do qual foi integralizada a primeira etapa em 05 de fevereiro de 2021, no montante de R\$200.000.

32.2. Construção de parques eólicos

No dia 4 de janeiro de 2021, iniciou-se a mobilização para a construção do parque eólico dos projetos Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira, a qual se dará em tranches, com encerramento do último parque previsto para abril de 2023. Com previsão orçamentária de investimentos da ordem de R\$2,5 bilhões para a construção dos referidos parques eólicos, a Companhia, ao longo de 2020, celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, no nível das investidas constituídas para esses projetos. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA. Até o encerramento deste exercício não houve desembolso, com previsão de início no segundo trimestre de 2021, após atingimento de algumas condições precedentes.



STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 42.300.041.386

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Statkraft Energias Renováveis S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 12 de março de 2021, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras que acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas e o correspondente Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O exame das demonstrações financeiras citadas foi complementado por informações e esclarecimentos prestados, aos membros do Conselho Fiscal, pela Administração da Companhia e Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Assim, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido nesta data sem ressalvas, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, observando o que foi explicitado pelo acionista FUNCEF como consta a ata do FRAC em anexo e reproduzido nesta ata, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Florianópolis-SC, 12 de março de 2021.

Ivanyra Correia

Emanuela Roggia

Marcos Bett Pagani

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09

Fernando de Lapuerta Montoya, cidadão espanhol, casado, administrador de empresas, portador do Passaporte nº AAK142686, e inscrito no CPF/MF sob o nº 061.330.627-97, com endereço profissional na Rodovia José Carlos Daux – SC 401, nº 5.500, Bloco Jurerê, 3º andar, Saco Grande, Florianópolis/SC, CEP: 88.032-005, na qualidade de Diretor Presidente na Statkraft Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rodovia José Carlos Daux – SC 401, nº 5.500, 3º andar, CEP 88.032-005, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 (“Companhia”), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Florianópolis, 12 de março de 2021.

Fernando de Lapuerta Montoya
Diretor Presidente

Leoze Lobo Maia Junior
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores